



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Formação de Professores
Departamento de Educação

Natália Fraga Coutinho.

**PROCESSOS COMUNICACIONAIS NAS REIVINDICAÇÕES SOBRE O DIREITO À
EDUCAÇÃO EM SÃO GONÇALO NAS VOZES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM
ESTUDO DE CASO.**

São Gonçalo
2011

Natália Fraga Coutinho

**PROCESSOS COMUNICACIONAIS NAS REIVINDICAÇÕES SOBRE O DIREITO À
EDUCAÇÃO EM SÃO GONÇALO NAS VOZES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM
ESTUDO DE CASO.**

Monografia apresentada, como requisito para
obtenção de título de graduação, da Faculdade de
Formação de Professores, da Universidade do Rio
de Janeiro.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marcia Soares de Alvarenga.

São Gonçalo
2011

**CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D**

C871 Coutinho, Natália Fraga.

Processos comunicacionais nas reivindicações sobre o direito à educação em São Gonçalo nas vozes dos movimentos sociais: um estudo de caso / Natália Fraga Coutinho. – 2011.

64f.

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Soares de Alvarenga.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Educação – São Gonçalo (RJ). 2. Direito à educação. 3. Movimentos sociais. I. Alvarenga, Márcia Soares de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 371(815.3)

Natália Fraga Coutinho

**PROCESSOS COMUNICACIONAIS NAS REIVINDICAÇÕES SOBRE O DIREITO À
EDUCAÇÃO EM SÃO GONÇALO NAS VOZES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: Um
estudo de caso.**

Monografia apresentada, como requisito para
obtenção de título de graduação, da Faculdade de
Formação de Professores, da Universidade do Rio
de Janeiro.

Aprovado em _____

Banca examinadora _____

Orientadora: Prof^a Dr^a Marcia Soares de Alvarenga

Parecerista: Prof^a Dr^a Maria Tereza Goudard Tavares

Rio de Janeiro
2011

AGRADECIMENTOS

À Deus por ter me conduzido nesta caminhada.

À professora Marcia Alvarenga - minha orientadora, que de forma compreensiva me apoiou neste percurso.

À professora Maria Tereza - que durante toda a minha graduação manifestou seu apoio através de simples atitudes, me estimulando a sempre seguir em frente apesar das dificuldades.

Aos professores que contribuíram para a minha formação.

Ao meu companheiro, meu amor e meu amigo Eduardo Tavares - pelos mais belos e felizes momentos que tem me proporcionado, pelas conversas e debates filosóficos, pelas atitudes, pela compreensão ...

Aos meus amigos, de modo especial à Maria Lima, André dos Santos, Gabriela Lopes e Luíz Fernando - por me proporcionarem momentos de descontração e deliciosas conversas.

Aos meus companheiros e companheiras de pesquisa.

E, principalmente, aos meus pais e familiares - que apoiaram sempre com muito amor e fidelidade as minhas escolhas.

Sei que fazer o inconexo aclara as loucuras.
Sou formado em desencontros.
A sensatez me absurda.
Os delírios verbais me terapeutam.

Manoel de Barros, 1997.

RESUMO

Esta monografia é um desdobramento da pesquisa *Políticas educacionais e poder local: Um estudo sobre a implantação do Plano Municipal de Educação e suas repercussões no processo de escolarização em São Gonçalo* que parte do pressuposto da centralidade, em nível local, de como as políticas nacionais definidas especialmente para a educação básica estão sendo implementadas por meio das instituições públicas locais, sendo também assumidas por organizações e /ou movimentos organizados da sociedade civil (GRAMSCI, 2000) gonçalense. Sendo assim, neste trabalho monográfico realizamos um estudo de caso em uma associação de moradores e amigos de bairro onde tomamos como investigação os meios de comunicação usados nos processos reivindicativos e/ou informativos como instrumento de articulação, visibilidade e voz. Nesse sentido, como ponto de vista teórico-metodológico, acompanhamos os processos comunicacionais utilizados como ferramentas pelos movimentos sociais nas lutas pelo direito à educação na cidade gonçalense, analisando a relação entre direito à educação e *poder local*. Na pesquisa, dialogamos com as perspectivas de Gramsci (2000) e Bakhtin (2000) por entendermos que as políticas educacionais envolvem disputas pela hegemonia de sentido sobre o direito à educação na cidade e, também Kaplún, ao propor o uso dos meios de comunicação pelos sujeitos sociais das classes populares como uma possibilidade de se exercer a cidadania.

Palavras-chave: Processos comunicacionais. Direito à educação. Movimentos sociais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1	
1. PROCESSOS COMUNICACIONAIS E PODER LOCAL: Articulações entre movimentos sociais e poder governamental sobre o direito à educação em São Gonçalo.....	15
1.1 Metodologia da pesquisa	16
1.2 O que pretendemos dizer e demonstrar nessa monografia?.....	18
1.3 Movimentos sociais em São Gonçalo: um estudo de caso em uma associação de moradores.	20
1.4 A “participação” como política da sociedade civil.....	22
1.5 Sociedade civil e hegemonia em Gramsci	24
1.6 Movimentos Sociais: contextualização, resistência e defesa.....	26
1.7 Processos comunicacionais nas reivindicações pela educação em São Gonçalo	27
1.8 Os meios de comunicação como extensão do homem e suas enunciações ideológicas	29
CAPÍTULO 2	
2. FORMAS DE COMUNICAÇÃO E PROCESSOS COMUNICACIONAIS: Os meios de comunicação como extensão do homem	31
2.1 As formas de comunicação segundo a perspectiva de Mario Kaplun	31
2.2 Formas de comunicação	32
2.3 Modelos exógenos e modelos endógenos	32
2.4 Comunicação Clássica	33
2.5 Comunicação com ênfase nos efeitos	34
2.6 Comunicação com ênfase nos processos	36
2.7 Processos Comunicacionais reivindicativos	38
2.8 Análises dos meios de comunicação e suas formas de comunicar	38
2.9 Jornal “Educar é Transformar!”, emitido pela Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo/RJ (SEMED-SG/RJ)	39

2.10 Jornal comunitário “Opinião Pública”	42
2.11 Comunicação via ciberespaço	44
2.12 Blog da AMOJANSA	45
2.13 Comunidade da AMOJANSA no Orkut	47
2.14 A Internet, suas repercussões nas novas formas de interação social e apropriações pelos movimentos sociais	49
2.15 Comunidades e redes: a transformação da sociabilidade	50

CAPÍTULO 3

3. MOVIMENTOS SOCIAIS E DIREITO À EDUCAÇÃO EM SÃO GONÇALO: alguns apontamentos do estudo de caso.	53
3.1 As vozes do movimento de bairro	54
3.2 A associação nas reivindicações pela educação	56
CONCLUSÃO PROVISÓRIA.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
APÊNDICES	63

INTRODUÇÃO

O tema abordado nesta monografia é um desdobramento do Projeto de Pesquisa “*Políticas educacionais e poder local: Um estudo sobre a implantação do Plano Municipal de Educação e suas repercussões no processo de escolarização em São Gonçalo*”, coordenado pela professora Dr^a Márcia Soares de Alvarenga UERJ/FFP, e, no qual atuei como pesquisadora de iniciação científica entre os anos 2009-2011.

Este trabalho tem como principal objeto de investigação o direito à educação em São Gonçalo/RJ, tomando como instrumento de análise os meios de comunicação que corporificam os *processos comunicacionais*, utilizados como ferramenta de articulação, reivindicação e voz na atuação dos movimentos sociais populares, sobretudo nas lutas relativas ao direito à educação. Para tais análises adoto como *locus* da pesquisa o estudo de caso em um movimento de bairro: a Associação de Moradores Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA), que corresponde ao bairro do Laranjal/SG. Assim, buscamos, ainda, compreender através da análise desses possíveis meios reivindicativos os sentidos ideológicos e vivenciais neles e por eles produzidos. Nesse sentido comungamos com as concepções de Mario Kaplún (1985) ao propor o uso dos meios de comunicação como ferramenta política para o exercício da cidadania pelas classes populares.

Em decorrência dos nossos estudos, através de levantamentos quantitativos e qualitativos, entre outras abordagens desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa, optamos por abordar nossa investigação por duas vertentes: as Instituições Governamentais e os Movimentos Sociais que compõem o *poder local*. Nesse sentido durante o desenvolvimento da pesquisa, na qual participei durante dois anos, analisamos tanto as formas e estratégias de ação desenvolvidas pelo poder governamental, quanto àquelas engendradas pelos movimentos sociais, relativos à democratização da educação de qualidade social no município. Dessa abordagem culminou, então, a opção do estudo de caso que realizamos nesta monografia. Sendo assim, o desenvolvimento desse trabalho articula, então, três áreas que se interconectam: as políticas públicas de educação, a comunicação e os movimentos sociais.

Ainda que se trate de uma investigação sobre os processos comunicacionais nas

reivindicações do direito à educação a partir da atuação de uma associação de moradores, neste estudo de caso não me detenho a um segmento de ensino específico, mas, sim, às questões relativas ao direito à educação que integram a Educação Básica.

Como previsto no Artigo 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), a obrigatoriedade de asseguramento do direito à educação pelo Estado se pontua, sobretudo, ao ensino fundamental. No entanto, este também deve oferecer as demais modalidades de ensino de forma que as garantias de vagas para as demais modalidades sejam ampliadas progressivamente. Como previsto no artigo 211 da Constituição Federal de 1988, “*A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino*”. No 2º parágrafo, deste mesmo artigo, fica estabelecido que “*Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil*”. Tais leis evidenciam a indução à municipalização do ensino no Brasil, principalmente no que se refere à educação básica obrigatória.

Outro fator importante a ser pontuado, a partir dos que já foram expostos anteriormente, é a forte tendência às práticas neoliberais, as quais o Estado brasileiro passou a aderir a partir dos anos 80. As influências de tal concepção, entre outras circunstâncias ocorridas ao longo desse período, como a globalização da economia, a recessão econômica, as mudanças nos processos produtivos, as influências das agências externas de financiamento, etc, repercutiram numa proposta de Reforma do Estado. Portanto, essas influências incidiram e continuam incidindo diretamente nas formas como são geridas as políticas públicas, bem como em suas pretensões.

O Plano Municipal de Educação de São Gonçalo, (PME-SG), além de materializar a concretização da municipalização do ensino, torna evidente, em alguns, pontos as tendências neoliberais tanto nas práticas de elaboração e atendimento ao direito à educação, quanto ao próprio tipo de formação escolar que vem sendo oferecido à população. Essa formação é também demarcada pela assimilação e naturalização das concepções neoliberais que, através desses mecanismos, reafirmam a consolidação de um poder hegemônico (GRAMSCI,1995) que, por assim ser, não deixa de fazer emergir movimentos contra-hegemônicos. Será, então, sobre a percepção e existência desses movimentos que nos propomos a investigar nessa monografia.

Feitas as principais introduções que conduzem o nosso pensamento na elaboração deste trabalho monográfico, é importante ressaltar as referências teórico-conceituais nas quais se sustentam as nossas perspectivas da análise. Nesse sentido, comungamos com Antonio Gramsci (1995), as questões referentes às noções de *hegemonia*, *sociedade civil e estado ampliado*; e, Mikhail Bakhtin (1992 e 2000), no que se refere à *ideologia da linguagem, enunciação e dialogismo*. Também dialogamos com Mario Kaplún (1985) ao propor o uso dos meios de comunicação como ferramenta política para o exercício da cidadania pelas classes populares.

A partir de tais perspectivas, em campo, tomando como instrumento de análise os diferentes meios e/ou formas de comunicação que expressam de forma direta ou indireta a reivindicação pelo direito à educação apropriado pelo movimento social popular, é que faço o estudo de caso. Abre-se assim, a possibilidade de ocorrer, nesta investigação, que os meios reivindicativos podem passar despercebidos aos olhares de muitas pessoas. Ao meu olhar se demonstrou uma potente forma de expressão na manifestação pelo direito à educação. Assim, busco dizer que não importam somente os objetos/ meios e formas de comunicação em si, sejam eles, documentos, fotografias, notificações, solicitações por escrito, manifestações verbais, mas, o olhar que sobre eles se lança. Através desses meios, tento compreender a produção de sentidos que expressam, entre outras coisas, as particularidades do contexto investigado.

Nesse sentido, Bakhtin defende que a linguagem não pode ser separada de seu conteúdo ideológico e vivencial, mas deve-se resgatar nela a sua dimensão expressiva através de sua relação com o contexto.

Solange Jobim e Souza, ao se apropriar da concepção de linguagem bakhtiniana coloca que:

É na linguagem, e por *meio* dela, que construímos a leitura da vida e da nosso própria história. Com a linguagem somos capazes de imprimir sentidos que, por serem provisórios, refletem a real transitoriedade da própria vida e de nossa existência histórica. Ao mesmo tempo, a linguagem também registra aquilo que permanece no mundo como fato humano, relacionando-se do mesmo modo e com a mesma intensidade, quer seja com o efêmero ou com o permanente, transitando entre os extremos da realidade humana e permitindo um contato mais profundo com a verdade do homem. (p.21)

Dessa maneira, os processos comunicacionais que me proponho a investigar podem não manifestar apenas a reivindicação por um direito, mas carregar consigo a leitura de mundo

(FREIRE,1979) que se expressa sobre uma realidade. Essas possibilidades de desvendamentos contidos na linguagem podem apontar tanto indicativos do atendimento das políticas públicas, principalmente no que se refere à educação, quanto características locais da comunidade e suas concepções particulares. Dentro dessa perspectiva, o desafio é, também, compreender as ressonâncias ideológicas (BAKHTIN,1981) que direcionam os discursos no interior das organizações sociais.

Em se tratando das produções ideológicas, compartilho a perspectiva de Antonio Gramsci que atribui ao Estado, grande relevância na função de promover um conceito único e burguês da realidade. Tal concepção empresta ao Estado um papel mais extenso e ampliado na perpetuação das classes sociais.

Nesse sentido, Martin Carnoy, ao trazer a perspectiva de Gramsci sobre a função do Estado, afirma que:

(...) não era simplesmente a falta de um entendimento de sua posição no processo econômico que impedia os trabalhadores de compreender seu papel de classe, nem eram somente as instituições “privadas” da sociedade, como a religião, as responsáveis por manter a classe trabalhadora longe da autoconsciência, mas era o próprio Estado que estava encarregado da reprodução das relações de produção. Em outras palavras, o Estado era muito mais do que o aparelho repressivo da burguesia; o Estado incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura. (p.91)

A partir dessa perspectiva, devemos problematizar, então, tanto sobre os mecanismos de (re)produção da hegemonia, quanto sobre o poder desses mecanismos na naturalização de suas concepções quase em absoluto.

Para Gramsci (apud Martin Carnoy) a hegemonia é :

O predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas”, produzido através de “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais exerce sua dominação.

Colocadas as perspectivas introdutórias às quais se dispõe essa monografia, sigamos então, ao seu desenvolvimento mais detalhado. O que se propõe nela é, principalmente, a possibilidade de um olhar mais apurado sobre os processos comunicacionais nas reivindicações sobre o direito à educação a partir da atuação de um movimento social popular, aliado a uma

indagação crítica sobre as formas de planejamento e oferecimento da Educação.

O trabalho está dividido em três capítulos e uma conclusão.

No primeiro capítulo, a fim de contextualizarmos um pouco a pesquisa que realizamos a partir do projeto de pesquisa original tratamos sobre as articulações entre os movimentos sociais e o poder governamental, que compõem o *poder local* nas questões relativas ao direito à educação no município onde se centra a pesquisa.

No segundo capítulo, trazemos uma abordagem sobre as formas de comunicação e os processos comunicacionais a fim de que sejam compreendidos os intuitos da nossa abordagem de pesquisa sobre os meios de comunicação, bem como as articulações que fazemos com o direito à educação e os movimentos sociais.

No terceiro capítulo, traçamos alguns apontamentos e análises específicas do estudo de caso, feitos pelo próprio movimento de bairro a partir de uma entrevista concedida pelo dirigente da associação.

Posteriormente, fazemos uma breve conclusão das pesquisas e estudos realizados até a elaboração desse trabalho. Esperamos, contudo, que o que apresentamos sejam apenas conclusões parciais haja visto que fica expresso o nosso interesse em se prosseguir nos estudos sobre as abordagens propostas.

CAPÍTULO 1

PROCESSOS COMUNICACIONAIS E PODER LOCAL:

Articulações entre movimentos sociais e poder governamental sobre o direito à educação em São Gonçalo.

Esta é uma cartografia construída pelo conhecimento vivido da cidade, por saberes populares, por praticantes dos lugares e pela solidariedade.

Ana Clara Torres Ribeiro, 2009.

Cabe-nos, antes de tudo, ressaltar que este trabalho monográfico é um desdobramento de um projeto de pesquisa¹, que através de um percurso de estudos, debates e investigações ocorrido ao logo da graduação fomentou a possibilidade de conexão entre o objeto de investigação fundamentador do projeto original, o direito à educação em São Gonçalo, com uma área de interesse particular de uma então bolsista de iniciação científica, a comunicação, ou, ao que viria a se tratar como *processos comunicacionais*. Os rumos tomados pela pesquisa foram possibilitados, também, pela abertura e audácia de sua coordenadora que se abrindo às novas possibilidades de investigação, não hesitou em se aventurar sobre caminhos quase imprevistos, ainda que sempre fundamentados. Assim, foram se desenvolvendo e amadurecendo os rumos investigativos desta monografia.

Dentro do contexto geral do projeto de pesquisa, do qual esta monografia emerge, a atual abordagem de investigação vem desencadeando-se sobre duas vertentes: as instituições governamentais e os movimentos sociais. A partir destas, buscamos analisar tanto as formas e estratégias de ação desenvolvidas e efetuadas pelo poder governamental, quanto àquelas engendradas pelos movimentos sociais, e, também, a inter-relação entre esses atores políticos

¹ Projeto de Pesquisa *Políticas educacionais e poder local: Um estudo sobre a implantação do Plano Municipal de Educação e suas repercussões no processo de escolarização em São Gonçalo*, coordenado pela professora Dr^a Márcia Soares de Alvarenga UERJ/FFP.

sociais, como dialogam, se articulam e promovem suas ações conjuntamente, em questões que direta e/ou indiretamente dizem respeito ao direito à educação no município de São Gonçalo.

Buscando compreender, a partir do nível local, como as políticas nacionais, definidas especialmente para a educação básica, estão sendo implementadas no município de São Gonçalo/RJ e, também, como as questões relativas ao direito à educação vem sendo assumidas e reivindicadas por organizações e/ou movimentos organizados da sociedade civil, nesta monografia tomamos como investigação os meios de comunicação usados nos processos reivindicativos e/ou informativos, principalmente no que tange aos movimentos sociais.

Buscaremos, então, compreender como as formas e estratégias citadas anteriormente, vem sendo desenvolvidas através dos processos de comunicação utilizados e/ou emitidos tanto pelos veículos oficiais de comunicação do município, quanto pelos meios alternativos usados pelos movimentos sociais como instrumento visibilidade, articulação e voz. Frente as novas possibilidades de comunicação, sobretudo via novas tecnologias,(internet: e-mail, blogs, sites de relacionamento, ou mesmo telefonia celular, etc.) compreendemos os meios de comunicação como sendo um potente mecanismo de potencialização das vozes subalternas e possível democratização dos direitos à cidadania.

1.1 Metodologia da pesquisa

Quanto à metodologia, ainda dando prosseguimento ao projeto de pesquisa no qual culminou este trabalho monográfico, nossa abordagem foi realizada a partir do levantamento de indicadores quantitativos e análises qualitativas sobre a situação do acesso ao direito à educação no município de São Gonçalo, com vistas a contribuir para a formulação de políticas públicas educacionais neste município. Além disso, na realização do estudo de caso proposto, realizamos idas à campo, entrevistas com representantes locais, elaboração de questionário e pesquisa sobre os meios de comunicação mais utilizados. Nos amparamos, então, na seguinte concepção de abordagem qualitativa:

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. (CHIZZOTTI, 2001, p.79)

Sob a perspectiva de André (1995) é fundamental considerarmos essas metodologias de pesquisa como essenciais para a nossa pesquisa enquanto uma possibilidade de leitura na perspectiva da produção de sentidos (Bakhtin, 1992). Estas possíveis leituras foram um desdobramento de nossos estudos teóricos no grupo de pesquisa sobre políticas públicas educacionais as quais se apóiam principalmente no Plano Municipal de Educação de São Gonçalo (PME/SG - 2006-2016).

Por meio da leitura de sentidos (BAKHTIN, 1992), relativo às condições de escolarização, o número da oferta de escolas e matrículas no município, bem como o desempenho dos estudantes, através do Índice de desenvolvimento da escola básica (Ideb), entre outros indicadores, buscamos compreender ao longo da pesquisa em que medida o direito à educação vem sendo oferecido à população. No caso dos dados referentes ao município, realizamos pesquisas em livros, revistas pedagógicas, jornais e internet. Por outro lado, temos a consciência de que os dados não falam por si só como questiona a seguinte citação:

Os dados não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relações: são “fenômenos” que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e ocultamentos. É preciso ultrapassar na aparência imediata para descobrir sua essência. (CHIZZOTTI, 2001, p.84)

Utilizamos como fontes para nossas análises, censos escolares referentes ao período compreendido entre 2000 a 2009, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Prefeitura de São Gonçalo, Ministério da Educação e da Cultura (MEC), dataescolabrasil, edudatabrasil, Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo; além de coletarmos dados relativos à entrevista com os representantes do Unibairros o qual representa um forte movimento social no município. Estes

dados foram coletados e atualizados através de pesquisas realizadas periodicamente através dessas fontes. Relacionamos, então, esses dados em tabelas e gráficos para uma melhor facilidade na leitura e para a socialização da pesquisa.

Enfim, de forma geral, dentro das questões voltadas para as políticas públicas na educação, nossa expectativa é, tanto compreender sentidos possíveis que estão intencionalmente expressos pelos indicadores do poder governamental, quanto produzir novos sentidos a partir das vozes dos movimentos sociais e/ou da sociedade civil como um todo. A fim de descobrir como se dão as articulações entre as diferentes escalas de poder e os diferentes setores/atores da sociedade civil que, através de suas tessituras dão composição às políticas públicas, nossa pesquisa busca criar mecanismos e alternativas para se averiguar, refletir e debater os desdobramentos das políticas educacionais, sobretudo as focalizadas no município de São Gonçalo.

1.2 O que pretendemos dizer e demonstrar nessa monografia?

Nesta monografia, pretendemos chamar a atenção sobre as diferentes formas de comunicação, enfatizando, sobretudo, as mudanças nas formas de participação e interação entre os sujeitos proporcionados pelos novos meios e mídias. Se até pouco tempo atrás a relação de comunicação era entendida apenas por um processo unidirecional entre o emissor (aquele que emite a mensagem) e receptor (aquele que recebe a mensagem emitida), os novos meios de comunicação vem proporcionando grandes modificações, ou mesmo transformações nessa relação.

Sendo assim, enfatizaremos nessa pesquisa a importância dessas transformações a partir da alteração nas possibilidades de interação e participação ativa dos sujeitos sociais nos processos de produção da comunicação. No entanto, para focalizarmos melhor nossas pretensões, nesse trabalho tratamos, especificamente, sobre a importância dessas transformações no auxílio dos processos de reivindicações dos movimentos sociais populares, principalmente no que diz respeito às lutas relativas ao direito à educação no município de São Gonçalo, através dos meios

de comunicação. Para tanto, focalizamos então a pesquisa em um estudo de caso em uma associação de moradores, mais especificamente a Associação de moradores e amigos de bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA), situada no bairro hoje denominado Laranjal.

A escolha pelo estudo de caso em uma associação de moradores se deu, primeiramente, pelo interesse em pesquisar a atuação dos movimentos sociais no contexto geral do projeto de pesquisa que já vinha sendo realizado. Como comungamos com a perspectiva de Gramsci (2000), em que a sociedade civil é parte inseparável do Estado, ao tratarmos sobre o *poder local*² (Daniel, 1988) não poderíamos deixar de considerar os movimentos sociais. A opção em se começar pela tentativa de esboço de uma cartografia das associações de moradores atuantes no município surgiu depois de eu ter sido abordada na rua onde morava por dois membros da AMOJANSA, que distribuíam o jornal comunitário “Opinião Pública” pelas casas do bairro. Esta abordagem chamou-nos a atenção sobre a existência, ainda ativa, das associações de moradores e fomentou-nos, então, o desejo em se pesquisar sobre esse tipo de movimento social popular articulando-se aos meios de comunicação usados por estes como ferramenta de voz e mobilização.

No percurso inicial em que participei da pesquisa, havíamos optado em nos focalizarmos especificamente em três bairros com diferentes características sócio-econômicas, onde os escolhidos foram: Monjolos, por ser um bairro em zona rural; Neves, por apresentar as melhores taxas no índice de desenvolvimento humana (IDH), e Jardim Catarina, por ser um dos maiores loteamentos da América do Sul. Alguns trabalhos foram feitos a partir dessa abordagem. No entanto, após termos sido surpreendidos com o jornal comunitário da AMOJANSA, a pesquisa mudou um pouco o rumo, sem, é claro, deixar de considerar o trajeto feito até então. A possibilidade da interconexão entre o que havia sido feito no primeiro momento, com o que haveríamos de começar a traçar se deu pelo fato do Laranjal ser um bairro vizinho ao Jardim Catarina, estando separado apenas pela rodovia Amaral Peixoto (RJ-104), sendo assim, com características muito próximas.

² Celso Daniel (1988) compreende que o poder local se remete à esfera municipal, sendo que nesta esfera “o exercício de poder não se resume ao Estado” (p.26), mas dissemina-se por múltiplas instituições sociais compostas pela sociedade civil.

Como já fora brevemente pontuado anteriormente, a alteração do foco da pesquisa para o bairro do Laranjal, também se deu pelo fato de eu, enquanto componente da pesquisa, ter morado no bairro desde que nasci, o que possibilitaria trazer para a pesquisa um olhar mais aproximado, vivencial. Este fator também se aproximaria de uma outra perspectiva de Antonio Gramsci(2000) que buscamos relacionar, a dos *intelectuais orgânicos*.

Apresentadas, então, em face às primeiras considerações dos percursos desta monografia passemos então aos tópicos seguintes que auxiliam a nossa fundamentação.

1.3 Movimentos sociais em São Gonçalo: um estudo de caso em uma associação de moradores.

A fim de tentarmos compreender melhor as possibilidades de atuação dos movimentos sociais no município em questão, optamos assim por fazer um estudo de caso em uma associação de moradores. Nesse sentido, as principais questões que se colocam, além das que foram previamente expostas são: Qual o papel que os movimentos sociais vem assumindo, seja na produção das políticas públicas, e particularmente, em relação ao direito à educação? Como participam? Que tipo de legitimidade conseguem ter frente a atual gestão do poder governamental no município? Como dialogam com os membros da sociedade civil que representam? Quais os meios de comunicação utilizam para se comunicar, se expressar e dialogar sobre o direito à educação? (telefone, comunidades virtuais, e-mails, jornais comunitários, rádios, cartas, atas, etc.) Essas são as principais questões que deram suporte à pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho monográfico. Parte de tais questionamentos está colocada nas enunciações textuais expostas no *blog e site* de relacionamentos da associação de moradores em que fazemos o estudo de caso.

No texto de apresentação do blog da Associação de moradores e amigos de bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA), associação em que fazemos o estudo de caso, o autor, ao fazer uma breve contextualização histórica do surgimento das associações de moradores a fim de tentar atrair e justificar a importância da participação popular através das associações de

bairro, coloca:

Com o surgimento das Associações de Bairro a coisa se modificou. As lutas passaram a ter maior adesão por parte dos moradores por melhores condições de vida, água, iluminação, segurança, pavimentação, saneamento, saúde, escolas.³

Evidenciamos nessa pequena citação, as principais lutas que fomentaram o surgimento das associações de moradores, estando entre as reivindicações a luta por “escolas”, ou, como nos podemos dizer, a luta pela educação. Contudo, ainda sobre este trecho é válido ressaltar que compreendemos que o direito à educação de qualidade social está atravessado por outros fatores sociais, que, como presenciado entre as lutas reivindicadas na enunciação exposta acima, dizem respeito às condições de vida da população, como saneamento, pavimentação, segurança, transporte, etc.

Ao dar seguimento ao texto de apresentação e contextualização da ação das associações de moradores o autor convida, de forma quase intimatória, a população a participar da associação, justificando a sua importância.

Ora, por que não participar? A associação é uma entidade representativa dos moradores com registro em cartório, com CNPJ, diretoria eleita pelos moradores, porem, não tem poder de punição contra os órgãos públicos do quais prefeitos e vereadores, como toda a classe política foram eleitos com o voto popular, recebendo altos salários e com imunidade parlamentar do qual usam contra o próprio povo que lhe deu. O mínimo que se pode fazer é participar da vida do seu bairro através da sua associação se não... você não é ninguém para a vida pública, por que está simplesmente no ostracismo, e isso não é bom. Participe!!! (idem)

Tanto o próprio conteúdo do texto, quanto a sua exposição via blog, um mecanismo da internet, demonstra o que nos propomos em evidenciar neste trabalho: *as formas de comunicação e os processos comunicacionais* nas lutas e reivindicações populares, e, de modo particular nas lutas relativas ao direito à educação em São Gonçalo. Contudo, trataremos mais especificamente mais adiante. Antes, conduzimos a fundamentação da pesquisa no tópico a seguir, sobre a abordagem de “participação” como política da sociedade civil.

³ Fonte: <http://amojansa.blogspot.com>

1.4 A “participação” como política da sociedade civil

Neste tópico faremos uma breve apresentação sobre as principais perspectivas do que podemos considerar como “*participação*”, tal como quais são os principais paradigmas que sustentam seus diferentes significados. Nesse sentido, nos apoiamos nas análises de Maria da Glória Gohn (2007), que compreende esse tema como uma possibilidade de olhar ampliado para a História. Concordando com a autora partimos, então, da perspectiva de que:

(...) O entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduz ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira; o resgate dos processos de participação leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania. Nesse sentido, a participação é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização. (p.13)

No entanto, a dita “participação” pode se dar de diferentes formas de acordo com os contextos políticos e/ou conjuntura histórica na qual está imersa que trazem agrupadas consigo suas concepções. Gohn (2007) a analisa segundo três níveis básicos: o conceptual, o político e o da prática social. O primeiro, conceptual, pode variar de acordo com o paradigma teórico em que se fundamenta; o segundo, político, pode ser associado tanto a processos de democratização, como pode ser utilizado como mera idéia de integração social para estabelecer e reafirmar mecanismos de controle social; o terceiro, que se refere às práticas, diz respeito ao processo de participação social propriamente dito, com ações concretas, fomentadas pelas lutas de movimentos e organizações.

Contudo, o que pretendemos aqui é chamar a atenção, ainda que de forma breve, para a existência de diferentes formas e possibilidades de se entender a participação de acordo com os paradigmas analíticos que as fundamentam. Ainda segundo Gohn (2007), “alguns já são consideradas ‘clássicos’ e deram origem a interpretações, significados e estratégias distintos”, seriam elas: a liberal, a autoritária, a revolucionária e a democrática, de forma que ao longo da história irão se reformulando e fazendo emergir outras interpretações e composições tais como:

liberal/comunitária, liberal/corporativa; autoritária; revolucionária; democrática/radical, entre outras. Cada uma carregará consigo, ainda que intrinsecamente, seus fundamentos e concepções, muitas vezes podendo se mesclar tendo como pano de fundo um sistema democrático.

Apesar de percebermos a existência dessas diferentes concepções, nos deteremos aqui em falar sobre aquela de que mais nos identificamos e concordamos ao tratar dos movimentos sociais. Nesse sentido, nossas abordagens se darão, então, sobre a concepção democrático-radical. Sobre ela, Maria da Gloria Gohn esclarece que:

A concepção democrático-radical sobre a participação objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações etc. O pluralismo é a marca dessa concepção. Os partidos políticos não são mais importantes que os movimentos sociais, e os agentes de organização da participação social são múltiplos. Uma variada gama de experiências associativas são consideradas também relevantes no processo participativo, tais como grupos de jovens, de idosos, de moradores de bairros etc. Os entes principais que compõem os processos participativos são vistos como “sujeitos sociais”. Não se trata, portanto, de indivíduos isolados nem de indivíduos membros de uma dada classe social. A participação tem caráter plural. Nos processos que envolvem a participação popular, os indivíduos são considerados “cidadãos”. A participação articula-se, nesta concepção, com o tema da cidadania. Participar é visto como criar uma cultura de dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo (ver Pontual, Hamilton et al., 1998), é dividir responsabilidades com a comunidade. (...) Essas lutas possuem várias frentes, tais como a constituição de uma linguagem democrática não-excludente nos espaços participativos criados ou existentes, o acesso dos cidadãos a todo tipo de informação que lhe diga respeito e o estímulo à criação e desenvolvimento de meios democráticos de comunicação. (p.19)

Será, então, sobre essa concepção que lançamos nosso olhar para o estudo de caso na Associação de Moradores e Amigos de Bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA), no bairro do Laranjal, município de São Gonçalo. Nessa abordagem, verificamos como a associação vem se articulando tanto com os moradores do bairro, quanto com o poder governamental local, quais são as suas principais lutas, se existem e como, reivindicações no âmbito da educação, e quais são os principais meios de comunicação usados, principalmente frente as mudanças nas formas de sociabilidade ocasionadas pelos novos meios de interação social proporcionados pela internet. Contudo, antes de apresentarmos mais especificamente tais

questões, nos prolongaremos um pouco mais nas concepções teóricas nas quais nos fundamentamos.

1.5 Sociedade civil e hegemonia em Gramsci

Diante das concepções apresentadas anteriormente, articulamos nossas perspectivas com as concepções de Antonio Gramsci (2000) no que diz respeito aos conceitos de *Estado ampliado*, *sociedade civil e hegemonia*. Concordando com esse autor, compreendemos o Estado enquanto um Estado ampliado, composto por governo e sociedade civil e em constantes lutas pela hegemonia.

Como nos aponta Alvarenga (2010), sobre a perspectiva de Gramsci:

(...)a sociedade civil se expande por toda uma gama de relações sociais vividas cotidianamente pelas pessoas nas instituições sociais que reproduzem a ideologia dominante. Nela, as práticas sociais, as ideologias, as lutas de classes se inscrevem em intensos movimentos pela garantia de seus projetos tentando ganhar e acumular posições e poderes em diversos campos da *superestrutura*, quer sejam estes educacionais, políticos, culturais.” (p.66)

Nesse sentido, somente pelas lutas e efetiva participação política as classes subalternas poderiam ocupar os espaços da sociedade civil a fim de romperem com os poderes hegemônicos e ideológicos das classes dominantes.

No entanto, cabe ressaltar que, ao se tratar da sociedade civil não se trata especificamente dos movimentos articulados pelas classes subalternas. Desta, também fazem parte diversificados grupos que não pertençam diretamente ao poder governamental, mas que desejam reivindicar e disputar seus interesses perante a produção das políticas públicas, podendo dizer respeito até mesmo a representações das classes dominantes como sindicatos dos empresários, industriais, comerciantes, donos de escolas etc.

Assim, principalmente na atual conjuntura política, ao ouvirmos falar sobre as

articulações entre governo e sociedade civil, devemos estar atentos aos tipos de representantes que estão dialogando. Nesse sentido, observamos que no município de São Gonçalo, por exemplo, os diálogos estabelecidos com representantes da “sociedade civil” tratam-se, sobretudo, entre representantes de sindicatos das classes dominantes da cidade, como dos donos de escolas, associação dos advogados, empresários, donos de instituições privadas de ensino superior e etc. Os diálogos com representantes dos movimentos populares, por sua vez, são constantemente silenciados e os menos valorizados. Essa afirmativa pode ser constatada na entrevista feita com o presidente da associação de moradores do Laranjal que, ao ser questionado sobre a relação do movimento com o poder governamental vigente, respondeu:

A relação é da pior forma possível, porque o executivo municipal não aceita conversar com o movimento popular local. A prefeita quer governar “para” o povo e não “com” o povo. Ela não quer ouvir ninguém. O povo tem que dizer o que quer!

Trata-se, sobretudo, das constantes disputas pela hegemonia, pela conservação e manutenção do poder legítimo, das suas formas de articulação/ desarticulação, diálogos, embates, e dos movimentos contra-hegemônicos em atuação:

A hegemonia não implica, pois, uma situação de subordinação de uma classe em relação a outra, mas da capacidade que elas têm na construção de uma concepção de mundo e de homem, vale dizer, de intensificarem a elaboração de uma ‘reforma intelectual e moral’, expressão concreta de uma nova sociedade e de um novo homem.”(ALVARENGA, 2010, p.69)

Somente pelas lutas efetuadas por movimentos contra-hegemônicos que, de diferentes formas se expressam, se articulam e se manifestam, principalmente através das atuações dos movimentos populares, as classes subalternas se tornam capazes de se fazerem ouvir, participando de forma ativa e crítica dos processos de elaboração das políticas públicas e dos direitos à cidadania de forma mais igualitária, ainda que em uma sociedade altamente desigual. Porém, diante da esmagadora desarticulação e opressão que esses movimentos vêm sofrendo ao longo dos últimos anos, cabe então investigarmos como estes continuam se articulando.

Apesar da existência resistente de alguns movimentos populares, nos últimos anos temos

passado por um cenário de desmanche e/ou desarticulação desses movimentos. Em São Gonçalo isso tem acontecido de diferentes formas e por variados motivos que tentamos observar ao longo dessa pesquisa e pelas próprias vivências no município. Entre os movimentos de bairro que resistem, segundo relatos dos próprios representantes da União das Associações de Moradores do município, a UNIBAIRROS, alguns sofrem a influência e/ou injeção direta de partidos políticos e outros, que tentam resistir a essas influências, são despotencializados pela atuação particular de algum membro do poder governamental no bairro, o que silencia e subordina a população diante do atendimento de interesses particulares.

No tópico a seguir faremos uma breve contextualização sobre a atuação dos movimentos sociais no Brasil nas últimas décadas, a fim de compreendermos um pouco melhor o movimento histórico que deu composição a atual conjuntura dos movimentos populares.

1.6 Movimentos Sociais: contextualização, resistência e defesa

Dentre os motivos que conduziram a nossa pesquisa à investigação sobre a atuação das associações de moradores no município de São Gonçalo, a existência resistente dessas associações, mesmo diante da falta de recursos, visibilidade e legitimidade frente ao poder governamental, nos convidou a tais estudos. Além disso, como ressaltado por Gohn (2002), a carência de estudos e até mesmo registros históricos relativos à atuação desses movimentos populares no Brasil, principalmente a partir dos anos 90, nos despertou a atenção sobre a necessidade desse tipo de pesquisa sobre os movimentos ainda atuantes. Segundo Gohn (2002), esse tipo de investigação esbarraria, ainda, na falta de referenciais teóricos.

(...) Um dos dados mais significativos que estes balanços nos apontam é que a maioria dos estudos foi realizada nos anos 80; nos anos 90 houve um declínio pelo estudo dos movimentos em geral, e pelos populares em especial, assim como declinou a preocupação com seu registro histórico contemporâneo, desde que o resgate histórico do passado das lutas e movimentos sempre foi uma área de pouca atenção dos pesquisadores. (GOHN,2002 p.274)

Ainda segundo Maria da Glória Gohn, os primeiros estudos feitos no Brasil sobre a

atuação dos movimentos sociais relacionavam-se à atuação das associações de amigos de bairros. Os pioneiros nessa linha de investigação foram José Álvaro Moisés, em 1978, em tese de doutoramento pela USP, e a própria Maria da Glória Gohn, em 1979, apresentada como dissertação de mestrado também pela USP. No entanto, paralelamente a estes estudos outros também já estavam sendo desenvolvidos.

A partir dos anos 90, diante das mudanças na conjuntura política brasileira, o cenário dos movimentos sociais também se altera, enfatizando-se, sobretudo, outros mecanismos institucionais da democracia participativa através, principalmente, do surgimento das ONGs (Organizações Não Governamentais). Nesse novo cenário, parte dos pesquisadores dos movimentos sociais engaja-se em atividades nas ONGs, o que reflete significativamente no declínio das produções acadêmicas sobre os movimentos sociais e o próprio enfraquecimento e substituição dos movimentos por ONGs.

Contudo, apesar do breve esboço, não nos aprofundaremos nas questões históricas dos movimentos sociais, pelo menos nesse momento.

1.7 Processos comunicacionais nas reivindicações pela educação em São Gonçalo

Ao tratarmos de *processos comunicacionais*, tomamos como instrumentos de análise diferentes meios de comunicação que expressam de forma direta e/ou indireta reivindicações no âmbito da educação. Nesse sentido, nos propomos a uma investigação tanto sobre os meios de comunicação usados como suporte pelos movimentos sociais, como ferramentas de expressão e luta, quanto às formas de comunicarem e emitirem suas reivindicações. Entendemos que a coesão entre o suporte usado para comunicar e a forma de comunicação compõem o que tratamos como *processos comunicacionais*. Buscamos, ainda, compreender os sentidos ideológicos e vivenciais neles e, por eles, produzidos.

Consideramos, também, a sensibilidade de nossos próprios olhares enquanto pesquisadores, já que, como nos coloca Martino (2001, p.16):

Uma mensagem ou informação não é comunicação senão de modo relativo. Primeiramente, ela é comunicação em relação àqueles que podem tomá-la enquanto tal, isto é, não como coisa, mas como ordem do simbólico. (...) Para que a página de um livro se transforme em mensagem, é preciso reunir tanto a atividade do leitor, quanto o produto da atividade do escritor. Conseqüentemente, um livro na estante não é comunicação, senão a partir do momento dessa interação. Digo, relação.

Os meios de comunicação e, mais especificamente, os *processos comunicacionais*, são considerados a partir da possibilidade de leitura e/ou diálogo que se efetiva na (inter)relação entre o leitor/ espectador e o meio do qual emergem as mensagens. Ou seja, o que se coloca em questão não são apenas os meios, em si, mas as formas de comunicação e os usos que deles se faz. Nesse sentido o efeito produzido por cada comunicação (meio e/ou forma) dependerá, também, do olhar que sobre ela é lançado. Somente através desse olhar sensível e minucioso sobre os processos intrínsecos aos meios e ao que se deseja demonstrar através deles, podemos captar os sentidos expressos na mensagem. Sendo assim, ressaltamos ainda que, por mais que consideremos importante os “efeitos” e repercussões produzidos, de certa maneira, pelos meios de comunicação, nossa perspectiva de análise se pautará, sobretudo, nos processos enquanto efervescência, ação em andamento, produção, participação.

O processo não é o início, nem o fim, e sua análise não é uma análise sobre a eficácia do que se pretende como finalidade específica, é uma análise sobre as ações como potência. Isso significa que não importará tanto se em uma comunidade da internet, por exemplo, participem 20 ou 2000 internautas, o que importa, a princípio, é a possibilidade de visibilidade e expressão sobre o que se quer demonstrar, mesmo que para poucas pessoas e, ainda, por quem e para quem as comunicações se encaminham e se produzem ao mesmo tempo que são produzidas. Nesse sentido, compreendemos os *processos comunicacionais* como enunciações (BAKHTIN, 1992), respostas a alguma coisa:

Toda enunciação monológica, inclusive uma inscrição num monumento, constitui um monumento inalienável da comunicação verbal. Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada de escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de uma cadeia dos atos da fala. (BAKHTIN, 1992 p.98)

Nesse sentido, talvez se possa afirmar que toda comunicação é uma enunciação da mesma forma que toda enunciação é/ou deseja ser uma comunicação. No entanto o que irá diferenciar as enunciações, de acordo com a nossa perspectiva, será a maneira como ela se coloca, quais suas finalidades e posicionamentos em relação ao que se deseja comunicar. Queremos dizer com isso que, uma enunciação exposta em um monumento em forma de pichação, por exemplo, ainda que contenha em si alguns sentidos ideológicos, se diferencia de uma enunciação transmitida por algumas atas distribuídas a moradores de um determinado bairro, em virtude de alguma manifestação contra uma ação específica da prefeitura.

Ainda que nos dois casos as comunicações/ enunciações desejem demonstrar uma manifestação em decorrência de alguma eventualidade que tenha fomentado a necessidade do protesto, a maneira como serão expressas deve ser sempre considerada. Sendo assim, as enunciações irão se corporificar em *meios* de comunicação.

1.8 Os meios de comunicação como extensão do homem e suas enunciações ideológicas

Compreendendo os meios de comunicação como extensão do homem apontamos, sob a concepção de Marshall McLuhan (1964), que o meio por ser assim considerado é, também, uma extensão de seus sentidos (do homem). Sendo assim, consideramos que os meios, como extensão de nós mesmos e de nossos sentidos acabam por estabelecer novas e múltiplas formas de relação que se inter-relacionam. Como afirma o autor:

O que estou querendo dizer é que os meios, como extensões de nossos sentidos, estabelecem novos índices relacionais, não apenas entre nossos sentidos particulares, como também entre si, na medida em que se inter-relacionam.(...)
(MCLUHAN, 1964 p. 72)

Co-relacionamos, assim, a concepção deste autor com as concepções de Bakhtin (1992) apontados no tópico anterior sobre os sentidos expressos na linguagem. Ora, se através da linguagem estão impressos os sentidos que são produzidos por nós mesmos, talvez se possa

considerar, então, que o meio, proposto por Luhan como extensão do homem, é a materialização da linguagem ao qual os sentidos são atribuídos.

Ainda segundo Mcluhan, a hibridização, ou o encontro entre os meios de comunicação constitui um momento de revelação, que nos liberta, de certa forma, “do entorpecimento o do transe que eles impõem aos nossos sentidos”(p.75). A inter-relação entre os meios propicia um momento novo, de novas formas relação e sociabilidade. E, dentro dessa perspectiva, um meio não substitui o outro, mas o complementa.

O que tentamos trazer ao debate é, também a importância da democratização dos meios comunicação como mecanismo contra-hegemônico das vozes subalternas, expressas neste monografia por um movimento social popular.

CAPÍTULO 2

FORMAS DE COMUNICAÇÃO E PROCESSOS COMUNICACIONAIS: Os meios de comunicação como extensão do homem .

Este texto aspira a convertirse en un instrumento de trabajo de aquellos comunicadores y estudiantes animados por una inquietud educativa; de quienes ven la Comunicación no sólo como una profesión y un medio de vida sino como algo más: como un servicio a la sociedad. Una práctica profesional así entendida no solo requiere conocer y dominar los recursos mediáticos; necesita sustentarse en una pedagogía comunicacional.

Mario Kaplún, 1998 p.6

Em se tratando das *formas de comunicação* e dos *processos comunicacionais*, neste capítulo se faz necessário o desenvolvimento de tópicos específicos que ajudarão na esclarecimento do título inicial deste trabalho. Nesse sentido, nele serão tecidas as principais fundamentações que darão suporte ao desenvolvimento da pesquisa empírica e seus possíveis desdobramentos.

A questão norteadora deste capítulo será a distinção e o elo entre o que compreendemos como *formas de comunicação* e *processos comunicacionais*, haja vista que, apesar de se tratar, aparentemente, de uma mesma questão (a comunicação), através das perspectivas de abordagens de Mário Kaplún, trazemos aqui as distinções fundamentais que lançam o nosso olhar para essa pesquisa.

2.1 As formas de comunicação segundo a perspectiva de Mario Kaplún

Mario Kaplún (1985), fundamentando-se nas perspectivas de educação popular, enfatizadas por Paulo Freire, as relaciona com as principais formas de comunicação, abrindo um

diálogo sobre como “*fazer educação*” através dos meios de comunicação. O autor vê a comunicação grupal e popular como um instrumento emancipatório, principalmente através de uma perspectiva de participação que ressalta a comunicação com ênfase no processo ou, melhor dizendo, o processo participativo na produção da comunicação. Nesse sentido, partindo desse princípio que prioriza o processo como possibilidade de participação ativa, crítica e emancipatória, nessa pesquisa conduzimos nossos olhares aos meios e às formas de comunicação que, em diálogo com a idéia de se *fazer educação*, através dos meios de comunicação, ou, melhor dizendo, dos processos comunicacionais.

2.2 Formas de comunicação

Ainda que seja considerável que em toda forma de comunicação estejam embutidos processos comunicacionais, a ênfase abordada por cada uma delas altera significativamente o processo. Isso porque cada forma de comunicação se respalda em um modelo diferente de relação entre o emissor e o receptor para com a mensagem. Nesse sentido, Marshall McLuhan (1964) ao analisar a relação entre a mensagem e o meio coloca que:

(...) as mais recentes abordagens ao estudo dos meios levam em conta não apenas o “conteúdo”, mas o próprio meio e a matriz cultural em que um meio ou veículo específico atua. (p. 25)

Para as análises e investigações sobre os processos comunicacionais que proponho nesse trabalho monográfico, a percepção na relação entre emissor e o receptor através do meio de comunicação deve ser considerada frente às diferentes formas de comunicação e a matriz cultural da qual emergem. Nesse sentido, baseando-me na abordagem de Mário Kaplún (1985), destacarei no decorrer desse capítulo as principais diferenciações que orientam a análise.

2.3 Modelos exógenos e modelos endógenos

Fazendo sempre uma analogia entre comunicação e educação, Kaplún (1985) divide as

formas de comunicação entre modelos *exógenos* e modelos *endógenos*. Tais modelos dizem respeito às concepções na produção comunicativa quanto às ênfases nelas dadas, sobretudo na maneira como se dá a relação entre emissor e receptor para com o meio.

Nesse sentido, pode-se dizer que, enquanto os modelos exógenos compreendem o receptor como objeto e enfatizam conteúdos e efeitos; os modelos endógenos compreendem o receptor como sujeito ativo, participante no processo de comunicação. Por isso, a ênfase desse modelo de comunicação está no processo. Ainda que nele também existam objetivos e efeitos; enfatizar o processo significa enfatizar e incentivar a participação ativa, o diálogo e a interação entre os participantes.

No entanto, muitas vezes esses modelos de comunicação podem se mesclar, ou se inter-relacionar. Nesse sentido, vale ressaltar que nem sempre uma rádio e/ou um jornal comunitário se formulam, sobretudo, pelo modelo endógeno, uma vez que a maneira como esses meios interagem com a comunidade são relevantes quanto à forma como se dá o processo de comunicação. Sob essa perspectiva, um jornal comunitário pode se formular por processos tão autoritários quanto os que realizam os grandes meios de comunicação de massa, ainda que as informações expostas pareçam mais próximas. Esses meios de comunicação podem portar-se de forma contraditória em relação à sua aparente ideologia, uma vez que não se abram ao debate e ao diálogo com a comunidade e apenas os imponha seus conteúdos e programas.

Com base nesses dois modelos gerais, destacarei nos tópicos seguintes ênfases mais específicas e características de cada forma de comunicação.

2.4 Comunicação Clássica

A forma de comunicação clássica enfatiza, sobretudo, o conteúdo. Nela pode-se dizer que a relação entre emissor e receptor se dá de forma hierárquica, uma vez que o emissor é compreendido como o “dono da mensagem” e o receptor, “passivo”, é quem recebe o conteúdo emitido como informação. As idéias emitidas devem ser tomadas como verdades, chegando aos seus destinatários já editadas e “digeridas”. Essa forma de comunicação caracteriza-se por ser

autoritária, vertical e unidirecional.

É a forma clássica usada na comunicação de massa, onde os meios são utilizados para consolidar poderes hegemônicos, ainda que esses continuem a se afirmar por outras formas.

2.5 Comunicação com ênfase nos efeitos

Segundo Kaplún (1985), a comunicação com ênfase nos efeitos surgiu como um desdobramento e uma reação contra o modelo clássico de comunicação. No entanto, apesar da aparente alteração, sua concepção se funda nas mesmas bases da comunicação clássica, compreendendo o receptor como objeto. A principal alteração nessa nova perspectiva é que essa comunicação buscará a retroalimentação por parte do destinatário como confirmação da eficácia da mensagem enviada. Outro aspecto de mudança importante é que essa nova perspectiva se coloca como um método ativo que propõe ações e postula mudanças de atitudes através da motivação, que, no entanto, devem corresponder as expectativas dos objetivos previstos pelos emissores.

Nessa concepção, o receptor é condicionado a adotar as idéias e condutas lançadas pelo emissor. O comunicador é compreendido, neste caso, como um planejador que determina previamente a maneira como o receptor deverá reagir às mensagens, o que deve fazer, como deve agir e, até mesmo, o que deve pensar. É uma comunicação manipuladora, que tem como seu principal instrumento o poder de persuasão, pois é através dele que o indivíduo é convencido a adotar a conduta proposta, mudar a mentalidade, o comportamento, a forma de viver e ver o mundo.

Contudo, vale ressaltar novamente que as formas de comunicação que enfatizam os efeitos, ainda que ocasionem mudanças, essas mudanças sempre serão previsíveis em função dos efeitos que se desejam obter. Tais efeitos, ao modo como são produzidos, estarão sempre, ou quase sempre, relacionados aos interesses de grupos hegemônicos.

Muitos são os exemplos a serem citados, mas pontuarei aqui o caso da repercussão mostrada pelas grandes mídias sobre a invasão das polícias no Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, em novembro de 2010. Grande parte das reportagens veiculadas pelos principais meios de comunicação de massa produziu suas notícias glorificando a ação “vitoriosa” do Estado. Além disso, para confirmação da eficácia da ação e dos efeitos previstos, se usaram de cartas de agradecimentos de moradores das regiões invadidas, o que poderia significar, de certa forma, a visibilidade das expressões da comunidade e a participação nas grandes mídias. No entanto, nenhuma carta mostrada ia contra o que estava acontecendo. Nenhuma falava do medo e das mortes, nenhuma demonstrava qualquer outro tipo de reação ao episódio em questão, senão, as mensagens que repercutiriam em efeitos pretendidos de antemão por seus planejadores/ comunicadores. Todas agradeciam pela “paz” re-estabelecida. E pelos policiais “heróis” que lá estavam. Será que não havia opiniões divergentes sobre o que estava acontecendo?

Não, pois o que se desejou demonstrar, além de qualquer outra intenção, foi que o governo do estado estava cumprindo sua missão de tornar o Rio de Janeiro uma cidade “segura” e com total domínio de seus territórios para a Copa do Mundo de 2014. Esse era o principal efeito desejado, projetado sobre as informações transmitidas.

Esse exemplo serve para demonstrar, também, outra característica importante bastante usada pelos meios de comunicação de massa com ênfase nos efeitos: o controle da mensagem. Ao controlar as mensagens se controlam os efeitos, ou melhor, se manipulam os efeitos. Isso pode acontecer, como no exemplo dado, através de uma pseudo-participação dos membros da sociedade, que serve para comprovar ilusoriamente a satisfação sobre o que está sendo mostrado.

Nesse tipo de comunicação manipuladora, persuasiva e condutivista o objetivo é inculcar hábitos, concepções e novas atitudes, sem fazer com que o que é transmitido passe pela reflexão. A reação interessante é a que corresponde aos efeitos esperados, sem questionamentos nem olhares críticos. Somente acatamentos, convencimentos e naturalizações. Nessa perspectiva, comunicar é impor condutas.

2.6 Comunicação com ênfase nos processos

A comunicação com ênfase nos processos se baseia na participação ativa do sujeito no processo comunicativo através e para a participação na sociedade. Nessa perspectiva, a relação entre emissor e receptor não acontece de forma hierárquica e unidirecional, mas sim dialógica. Nela a comunicação se dá pela interação entre sujeitos ativos e críticos que, através das complexidades no decorrer dos processos, vão tecendo novas possibilidades e construindo suas próprias perspectivas e histórias.

Kaplún, destacando a importância da ênfase na participação e no processo, defende que dessa maneira a comunicação assume muito mais do que a função de transmitir informações. Ela funciona como um mecanismo de formação, organização social, troca de experiências e conhecimentos que se faz possível através da participação consciente, onde o sujeito assume o papel de protagonista na relação. Dessa maneira o próprio sujeito se percebe capaz de criar decisões autônomas, lançando seu olhar crítico, tanto sobre o que ele mesmo produz, quanto sobre as informações que chegam até ele, evitando, assim, que a relação comunicativa se dê de forma vertical.

Sobre a fomentação de tais atitudes através da participação ativa dos sujeitos nos processos comunicacionais, Kaplún ressalta que:

(...) la sociedad que estamos tratando de construir justamente tiene como meta lograr una participación plena de los sujetos sociales. Y en ese sentido, las experiencias de comunicación también son... como decirlo... instancias en que se empieza a ejercer el poder, instancias en que se aprende cómo se ejerce el poder, la comunicación es un poder, la información es un poder en una sociedad, y la medida en que los sectores populares aprenden a manejar esos medios y a controlarlos, y a ser autónomos en su manejo, aprendizaje; nada fácil por otra parte; están adquiriendo una capacidad de ejercer la participación, una capacidad real de ejercer la participación, (...).⁴

Trata-se, assim, de reconhecer o poder exercido pela comunicação em nossa sociedade e,

⁴ Entrevista a: Mario Kaplún, Revista Acción Crítica, 18. Diciembre 1985. Lima –

a partir disso, criar mecanismos de participação e manuseio nos diferentes meios pelos setores populares. E, para que essa participação seja exercida é necessário também que se aprenda a manusear os meios, as ferramentas, pois somente à medida em que as classes populares se tornam autônomas no manuseio se tornam, também, capazes de exercer uma real participação. Essa real participação abre a possibilidade de se debater por outras vias, que não as manipuladoras e condutivistas dos grandes meios de comunicação de massa, novas formas de expressões, manifestações e reivindicações que irão repercutir, tanto na sociedade, quanto no próprio efeito da produção dos meios de massa.

Nesse sentido, retomando os tópicos anteriores, se na comunicação clássica o objetivo se centrava na assimilação passiva dos conteúdos transmitidos e na comunicação com ênfase nos efeitos os objetivos estavam na ação prevista; a comunicação com ênfase nos processos conduzirá à intervenção do sujeito de forma reflexiva e crítica, e que esse pensar, agir e refletir o possibilite perceber a possível transformação de sua realidade.

Ainda que a informação, inclusive a produzida pelos meios de comunicação de massa, seja emitida de forma unilateral, ainda assim ela conduzirá à fomentação da discussão, sendo relacionada à realidade na qual se insere e podendo se (re)contextualizar, ganhar novos olhares, produzir outros sentidos que não os originais nos quais foram lançados pelos meios de massa. As problematizações em torno da realidade suscitarão os conflitos como força geradora e transformadora, sendo assim, nessa perspectiva os “erros” e/ou as próprias limitações dos conteúdos expostos não são o limite, mas o caminho de busca para novas problematizações que não se finalizam de forma simplista.

Entretanto, como já fora falado anteriormente, ainda que cada forma aqui apresentada enfatize objetivos distintos, não quer dizer que elas não se encontrem em alguns aspectos e, sim, que pontuam algumas características que lhes é própria. Pode-se dizer, com isso, que nos processos comunicacionais as formas de comunicação se articulam de forma intensa e complexa, mas que nem sempre acontecem de forma “pura”.

Será, principalmente, sobre este tópico que enfatiza os processos, que me apoiarei no

desenvolvimento desse trabalho monográfico. Vale ressaltar que, como foi dito acima, muitas vezes as formas e os direcionamentos da comunicação irão se mesclar. Nesse sentido, ainda que os objetivos distintos devam ser relevados, a análise com ênfase no processo poderá ser feita também sobre as formas de comunicação que se aproximam formas das clássicas, haja visto que não há uma forma pura.

2.7 Processos Comunicacionais reivindicativos

Mais uma vez, destacamos que, ao nos referirmos aos *processos comunicacionais*, compreendemos este conceito como sendo a coesão entre o suporte usado para comunicar, e a forma de comunicação. Buscamos, assim, analisar tanto os diferentes meios usados como forma de reivindicação, e, de modo particular sobre o direito à educação, quanto chamar a evidenciar os possíveis sentidos ideológicos e vivenciais neles, e, por eles produzidos.

Sendo assim, como já fora destacado anteriormente, os meios de comunicação através dos *processos comunicacionais*, são considerados a partir da possibilidade de leitura e/ou diálogo que se efetiva na (inter)relação entre o leitor/ espectador e o meio do qual emergem as mensagens. Diante de tais considerações o que se coloca em questão não são apenas os meios, em si, mas as formas de comunicação e os usos que deles se faz. Contudo, podemos dizer mais uma vez que o efeito capaz de ser produzido por cada comunicação (meio e/ou forma) dependerá, também, sentido produzido por cada olhar. Somente através desse olhar sensível e minucioso sobre os processos podemos captar os sentidos expressos na mensagem.

2.8 Análises dos meios de comunicação e suas formas de comunicar

De acordo com o que fora colocado até aqui, compreendemos que, tanto a forma de comunicar quanto o lugar de onde a informação é emitida fazem parte do processo de comunicação e influenciam diretamente em seus objetivos e repercussões. Sendo assim, neste tópico selecionamos alguns meios nos quais pontuaremos nossas análises.

Como fora apresentado nos tópicos anteriores sobre as diferentes formas de comunicar, neste tópico trataremos de analisar de forma empírica tanto alguns dos meios de comunicação relacionados ao direito à educação no município de São Gonçalo quanto àqueles usados pela associação onde fizemos o estudo de caso.

O objetivo da apresentação dos diferentes meios não é fazer uma comparação entre os conteúdos seus, mas analisar de modo particular a forma usada para comunicar de cada um, a fim percebermos suas principais distinções. Nesse sentido é fundamental a contextualização do discurso no complexo das relações ideológicas que permeiam as relações sociais.

Mikhail Bakhtin (1981, p.93) ao falar sobre a importância da análise do contexto, coloca que:

(...) o essencial na tarefa de decodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreende-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular.

Para a escolha dos meios a serem analisados nos respaldamos no que já vínhamos fazendo ao longo do processo de pesquisa: selecionar duas vertentes de investigação, o poder governamental e os movimentos sociais. Como os movimentos sociais vem sendo representados por um estudo de caso em uma associação de moradores, a AMOJANSA, optamos, então por selecionar um meio de comunicação enunciativo por parte do poder governamental. Selecionamos, assim, o jornal “*Educar é Transformar!*”, que vem sendo emitido pela secretaria municipal de educação de São Gonçalo e trata, especificamente, sobre a educação no município.

2.9 Jornal “Educar é Transformar!”, emitido pela Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo/RJ (SEMED-SG/RJ)

Ao analisarmos jornal emitido pela SEMED-SG de acordo com as perspectivas apresentadas anteriormente evidenciamos que, apesar de aparentemente interessante por informar

o que vem acontecendo nas escolas municipais, o periódico assume, sobretudo, um caráter publicitário, haja visto que fala pela perspectiva da própria prefeitura. Nele, todas as reportagens são para reafirmar, sem críticas ou problematizações, as ações “positivas” e/ou “maquiadas” do poder governamental municipal no âmbito da educação.

As informações emitidas não têm como serem questionadas, já que é um meio unidirecional que não possibilita intervenções diretas dos leitores/espectadores. O jornal em questão é um meio fechado, que não abre nem se quer a possibilidade de um espaço de “opiniões do leitor”. O jornal resguarda apenas um pequeno espaço para publicação de poesias escritas por alunos ou funcionários da rede, que causa uma suave impressão de participação da comunidade escolar em seu corpo. Todas as edições trazem um editorial escrito pela secretária de educação e outro escrito pela prefeita. A estética do jornal é, também, bem atrativa e demarca seu caráter de publicidade para a prefeitura.

Entretanto, ainda que tais características e intencionalidades do jornal sejam reconhecidas, de acordo com nossas análises, não pretendemos fazemos um “julgamento” sobre suas pretensões. O que colocamos em questão, de forma questionadora e crítica, são os possíveis motivos de circulação do jornal. Como já dissemos, compreendemos que toda comunicação é uma enunciação, de forma que tenta responder ou corresponder a alguma coisa. Dessa forma, ainda que o jornal seja um meio unidirecional, através dele alguma coisa se pretende, tal como a resposta a ele pode fomentar a produção de outras enunciações.

Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ
Secretaria de Educação - Projeto Educação em Foco

EDUCAR É TRANSFORMAR!

ANO 3 Nº7 DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E DIRIGIDA OUT. NOV. DEZ. 2010 E JAN. 2011

Mais uma conquista para a educação
Prefeitura de São Gonçalo coloca em dia plano de cargo de salários

A Prefeitura de São Gonçalo, através da Secretaria de Educação, regulamentou neste mês de dezembro os pagamentos do plano de cargo de salários à dispostas de adicional de qualificação profissional do magistério público e funcionários da educação. O plano de carreira foi aprovado através da Lei nº 008/2003, que oficializa a distribuição dos cargos em níveis de acordo com a formação e ordenados em referências numéricas sobre o tempo de serviço.

A regulamentação dos pagamentos foi eleita como uma das prioridades do governo da prefeita Aparecida Paiva e da gestão da secretaria de Educação Keyla Nicó Dias. "Preferencialmente acertamos os enquadramentos nos seus níveis e referências, e neste mês damos prioridade ao pagamento dos atrasados de todos os processos analisados e deferidos pela Comissão de Plano de Carreira", explicou a prefeita.

Projeto "Hora Certa" leva mais alimentação às escolas da rede municipal

A Prefeitura de São Gonçalo, através da Secretaria de Educação, criou em 2010 o "Projeto Hora Certa" que reorganizou os horários de alimentação e incluiu mais uma refeição no cardápio das crianças que estudam em horário parcial. Antes da implantação do projeto, o almoço era servido em hora irregular e os estudantes que ficam mais tempo na escola recebiam apenas uma refeição. O governo federal prevê a verba para o almoço nas escolas municipais, porém, apenas para uma refeição por turno. A Prefeitura de São Gonçalo, em contrapartida, fornece a quantia necessária para pagar a outra parte da alimentação, o café da manhã e o lanche.

O "Hora Certa" surgiu para regularizar os horários, de acordo com a realidade regional, e o número de refeições de forma que os estudantes fossem bem alimentados durante o período que passam na escola. Atualmente, os alunos que estudam no primeiro turno recebem café da manhã e almoço e os que estudam no segundo turno ganham almoço e lanche.

Foi incluído no calendário do ano letivo o "Dia da Alimentação Saudável", comemorado internacionalmente em 16 de outubro, quando acontece uma identificação da ideia da nutrição saudável através de jogos, poesias, feiras, cartazes e ginásticas, atividades que envolvem e movimentam todos os profissionais da escola. Todas as escolas da rede municipal de ensino são beneficiadas pelo projeto.

Esta edição:

Alunos se destacam no esporte	2
Aprovação de alunos	3
Letra do Hino da Cidade de SG	4
Aluna recebe prêmio da Academia Brasileira de Letras	6
Prefeitura realiza o 1º festival de bandas escolares do município	6

Fonte: Prefeitura Municipal de São Gonçalo/ RJ – SMED – Projeto Educação em Foco. Jornal “Educar é Transformar!” Ano 3/nº7 distribuição gratuita e dirigida. Out., Nov., Dez.2010 e Jan. 2011.

Mas, por que publicidade para a educação municipal?

Relacionando a emissão do jornal com a conjuntura política do município e do país nesses últimos períodos fica clara a necessidade e o interesse de se demonstrar a aparente “qualidade” da educação pública municipal. Além de dever explicações sobre os indicadores educacionais, produzidos através dos exames nacionais, com a vinda da COMPERJ para Itaboraí, município vizinho, São Gonçalo foi incumbido, pelo Governo Federal, de abrigar o Centro de Inteligência e integração do pólo. Para isso, o município recebe recursos do Governo Federal para efetuar a formação de mão de obra qualificada. (Não debateremos nesse trabalho sobre que tipo de formação será essa, apesar da sua extrema importância). Sobre os recursos encaminhados a prefeitura deve prestar contas, além de demonstrar seus investimentos. O jornal é um dos meios

mais diretos e aparentes de “mostrar serviço”, ainda mais um jornal de mão única, que não dialoga diretamente, mas que tem voz certa, apenas a voz do poder governamental, que, também pelos motivos relacionados até aqui têm uma profunda intenção de se manter no poder.

Contudo, como dissemos, esse meio de comunicação, apesar de unidirecional e com ênfase nos efeitos/ repercussões, pode fazer emergir outras enunciações (BAKHTIN, 1992), mesmo que por outras vias, como forma de resposta contra-hegemônica. Ou seja as enunciações nem sempre correspondem ao que se pretende os responsáveis pela emissão da comunicação. Se as reportagens e matérias apresentadas não estão de acordo com a realidade vivenciada, elas podem fazer emergir outras respostas. Dentro dessa perspectiva, o que se enfatiza não é a forma de comunicação em si, mas a possibilidade de se lançar sobre o meio emitido uma análise crítica.

2.10 Jornal comunitário “Opinião Pública”

Antes de tudo, cabe ressaltar que foi o jornal comunitário “Opinião Pública” (imagem)⁵ que motivou e/ou “iluminou” no encaminhamento da pesquisa que já vinha sendo realizada para o rumo dos estudos sobre os movimentos sociais e, mais especificamente, o meu interesse sobre os meios de comunicação e os *processos comunicacionais*.

O jornal é uma comunicação independente produzida e emitida pelos membros da associação de moradores e amigos de bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora – AMOJANSA – que corresponde ao bairro do Laranjal, situado no município de São Gonçalo/RJ, onde estamos realizando o estudo de caso. O jornal, de distribuição gratuita, conta com o patrocínio de alguns comerciantes do próprio bairro. Em seu corpo, denuncia e reivindica, tanto questões locais de infra-estrutura, segurança, saúde, educação, política etc. como traz questões gerais sobre o município, o país e o mundo, como questões ambientais, climáticas, econômicas, etc. Sempre com forte cunho crítico, político e ideológico as matérias apresentadas, escritas por pessoas comuns da comunidade sem o auxílio de grandes especialistas, são carregadas de polifonias (SOUZA, 1997) e sentidos que são compreendidos através da contextualização com o lugar e o

5

momento de onde falam. A sua composição, concordando com a perspectiva dialógica no qual nos traz Souza (1997 p.103) ao falar de Bakhtin, “é um acontecimento vivo”.



Fonte: Jornal Opinião Pública. Ano 1.Nº1 – Maio/2010

Diante do que viemos tentando demonstrar através das análises sobre os meios de comunicação que são produzidos através de processos de participação efetiva de membros da sociedade civil e, principalmente, de movimentos sociais, consideramos esses meios comunitários de expressão, que parte das organizações populares, e, neste caso, representado por uma associação de moradores, um potente mecanismo de auxílio na formação de uma base social para o exercício da contra-hegemonia pelos grupos subalternos. Nesse sentido Alvarenga (2010, p.69), esclarecendo essa concepção de pensamento gramsciana, analisa que:

(...) essa formulação tem importância vital para os grupos subalternos. Ainda segundo Gruppi, quando Gramsci discorre sobre hegemonia, enquanto direção intelectual e cultural, afirma que essa direção também é e precisa ser exercida no campo da cultura. Por meio desse campo, os grupos subordinados expressam sua capacidade de conquistar o consenso, de elaborar uma concepção de mundo e, assim, de formar uma base social para o exercício da hegemonia.(...)

Assim, apesar do “Opinião Pública” também ser um jornal impresso, comunicando, aparentemente, de forma unidirecional, a sua composição conta com a participação de membros da comunidade e dá oportunidade de resposta direta como parte compositora de seu corpo de matérias aos interessados que quiserem intervir, e, de alguma forma atuar em sua elaboração e/ou opinar sobre seus conteúdos.

Ainda sobre essa questão, nos diálogos e entrevistas realizadas com os representantes da associação, pudemos perceber um certo “desinteresse” de participação por parte da comunidade, e, de visibilidade, consideração e diálogo por parte do poder governamental. Nesse sentido, pudemos confirmar que, entre outros fatores, as formas de atuação de políticos do município, caracterizada pela apropriação privada dos serviços públicos, tem contribuído para a desarticulação dos movimentos sociais. Ainda assim, a AMOJANSA entre outras associações do município continuam tentando resistir.

2.11 Comunicação via ciberespaço

Dando continuidade as análises sobre os meios e formas de comunicação que corporificam os *processos comunicacionais* partimos, então, para uma abordagem sobre a utilização da internet pelos movimentos sociais, e, de modo específico, pela associação onde fazemos o estudo de caso, a AMOJANSA, já que esta possui e-mail⁶, blog⁷, comunidade no Orkut⁸ (um site de relacionamentos), e-mail⁹, entre outros recursos possibilitados pela criação dos ciberespaços.

Pierre Lèvy (2002, p.81), ao tratar do ciberespaço como um mecanismo para a efetivação da democracia enfatiza a importância promissora da criação das comunidades virtuais *locais*, que reúnem membros de uma mesma zona geográfica. Segundo o autor, as apostas sobre essas

⁶ amojansa@hotmail.com

⁷ <http://amojansa.blogspot.com/>

⁸ www.orkut.com

⁹ amojansa@hotmail.com

comunidades estariam ligadas à:

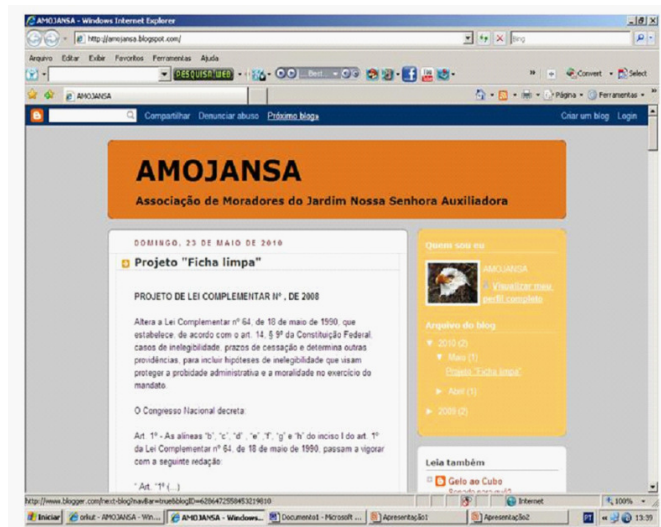
(...)democracia local, vida associativa e comunitária, entreajuda, educação, desenvolvimento econômico e comercial, preservação do meio ambiente, cultura, tempos livres, desportos, vitalização da ligação social em geral.

Ao contrário de alguns questionamentos que atribuem à internet o enfraquecimento das comunidades locais, Lèvy defende que esse é um meio articulador que impulsiona as pessoas ao crescimento da potência individual e coletiva ligando suas subjetividades, colocando-as no que ele denomina de *inteligência colectiva*.

Ainda nesse sentido, o autor ressalta que enquanto as estradas clássicas veiculam corpos e informações, as auto-estradas da informação só transportam dados. O que não substitui a circulação material, mas facilita a interconexão entre diferentes pontos. Com isso o que se tem em jogo são as alterações nas relações sociais com a interconexão entre diferentes territórios e culturas, o que discutiremos em tópicos posteriores.

2.12 Blog da AMOJANSA

Compreendemos a importância desses novos meios viabilizados pelo ciberespaço, como potentes mecanismos de expressão e participação efetiva nos processos de comunicação. Através dessas comunidades virtuais acontecem debates abertos e, livres das intensionalidades condutivistas dos meios tradicionais. Além disso, esses novos espaços também abrem a possibilidade de discussão sobre as informações emitidas pelos grandes meios de comunicação de massa, que, em grande parte, se apresentam de forma tendenciosa.



Fonte: Site:<http://amojansa.blogspot.com/>

O blog da associação aborda tanto assuntos locais que dizem respeito à vida no bairro e no município, quanto questões mais amplas relativas aos fatos variados tais como, debate sobre projetos de leis, discussões sobre questões ambientais e até mesmo apelos pela participação mais ativa dos moradores.

O primeiro texto exposto no site, escrito por um dos membros, o autor¹⁰ faz um breve apanhado histórico sobre o contexto do surgimento das associações de moradores como um movimento social a partir de suas próprias experiências de vida:

Nos anos 70 surge o novo sindicalismo. Ele enfrentou o atrelamento do ministério do trabalho criado por Getúlio Vargas, na mesma época surgiu também o movimento comunitário que seria o alongamento sindical nos bairros, ou seja, o sindicalista iria levar as lutas reivindicativas dentro das realidades de seu bairro. Até então, só existiam os centros pró-melhoramentos e os grêmios recreativos que não tinham nenhum tipo de organização popular. Primeiro viviam sob as leis de exceção da Ditadura Militar, pois SNI, DOPS, AI-5, etc. castravam toda a forma de organização e direitos sociais como ir e vir, direito a cidadania, etc.

Com o surgimento das Associações de Bairro a coisa se modificou.¹¹

¹⁰ O autor não se identifica

O trecho do texto de autoria livre ajuda a trazer a tona uma das questões que viemos abordando nesta monografia: o uso das novas tecnologias como voz para os movimentos sociais populares e/ou de modo geral, para outras vozes. O blog se configura, então, como um instrumento de múltiplas vozes, um instrumento de polifonias (BAKHTIN,1985) . Permeadas de vivências e lutas, as palavras e textos nele expostas não passam por severos critérios de avaliação e censura, tão pouco devem ter cientificidade comprovada, mas não deixam de trazer consigo as expressões mais fortes das realidades vivenciadas cotidianamente, as fazendo ecoar, de alguma forma, suas reivindicações, gritos e apelos.

A sustentação desses meios usados como instrumentos de lutas e reivindicações se mantém sobretudo pelos que vêm na comunicação uma das maneiras para se exercer a cidadania. Sob essa perspectiva:

Kaplún acredita que a comunicação atua diretamente no desenvolvimento dos movimentos populares, estimulando a integração e sintonia entre os grupais, incentivando a participação de todos os integrantes, fazendo com que estes tenham contato com as idéias das lideranças e a partir dessas idéias formulem seus pensamentos e opiniões. (LAHNI, SILVA, PEREIRA, *et al.*, 2008, p. 223)

Diante de tais colocações damos prosseguimento aos nossos estudos e análises destacando que, tão importante quanto as formas de comunicação é a finalidade para as quais se propõem.

2.13 Comunidade da AMOJANSA no Orkut

Em se tratando especificamente das comunidades de bairro via sites de relacionamentos fica evidente a viabilização das articulações locais através desses mecanismos. Na comunidade da AMOJANSA, por exemplo, os membros que compõem a associação podem se encontrar e se comunicar em diferentes tempos e espaços para debaterem assuntos de interesse comum que ficam abertos ao debate em tópicos na comunidade virtual.



Fonte: [www.orkut.com / comunidadeamojansa](http://www.orkut.com/comunidadeamojansa)

Sob essa perspectiva Santos (2008, p.196) traz o que denomina como “convergência de momentos”, possibilitada pelos novos meios de comunicação:

Há quem prefira dizer que o tempo se unifica, mas não é disso que se trata. O que realmente se dá, nestes nossos dias, é a possibilidade de conhecer instantaneamente eventos longínquos e, assim, a possibilidade de perceber a sua simultaneidade. (...) Quando, no mesmo instante, outro ponto é atingido e podemos conhecer o acontecer que ali se instalou, então estamos presenciando uma convergência dos momentos e sua unicidade se estabelece através das técnicas atuais de comunicação. Esses momentos não são iguais, não obstante se encontrarem no mesmo quadrante de relógio. Mas são momentos unitários, unidos por uma lógica comum.

Nesse sentido, entre outras coisas, concordando com Castells (2001), consideramos a internet como um novo meio de interação social, capaz de criar novos padrões que, de certa maneira substituem, mas, também auxiliam as formas de interação humana territorialmente limitadas. Dentro desse contexto, o autor enfatiza que essa relação vem configurando-se através de um “pensar localmente e agir globalmente”(p.118). Sobre esse aspecto coloca que “(...)os movimentos sociais mais influentes são, ao mesmo tempo, enraizados em seu contexto local e voltados para um impacto global.” (p.118)

Com isso, podemos perceber o grande auxílio que as ferramentas desenvolvidas no

ciberespaço vêm dando enquanto potencializadoras das vozes dos movimentos populares que durante um longo período histórico foram silenciadas.

Achamos conveniente enfatizar aqui, no entanto, que a análise sobre esses meios está, sobretudo, na importância desses enquanto instrumentos de expressão e reivindicação. Nesse sentido não colocamos em questão a eficácia e/ou eficiência dos meios analisados, mas suas próprias possibilidades de utilização como meios de expressão, produção de sentidos e disputas de hegemonias

2.14 A Internet, suas repercussões nas novas formas de interação social e apropriações pelos movimentos sociais

Diante do avanço das novas tecnologias que vem sendo utilizadas como instrumento de comunicação e articulação entre as pessoas, instituições, movimentos, etc. trazemos ao debate nos tópicos a seguir algumas possíveis repercussões e características desses novos meios tanto enquanto recursos de comunicação, quanto como nas formas de relação e sociabilidade. À princípio, as principais questões tratadas aqui dizem respeito às possíveis questionamentos sobre a repercussão do uso da internet nas relações sociais, e, de modo particular, nas suas apropriações pelos movimentos sociais.

Ao tratar sobre as novas formas de sociabilidade proporcionadas pelas novas tecnologias e, principalmente através da internet, Castells (2003) coloca em voga algumas perspectivas do debate sobre as repercussões do seu uso como instrumento de ascensão de novos padrões sociais trazendo duas vertentes: Se, por um lado esse novo meio de comunicação é interpretado como provocador do processo de desvinculação entre localidade e sociabilidade, a partir da nova possibilidade de formação de comunidades em rede, constituída a partir de interesses em comum; por outro, alguns críticos, baseando-se inclusive em estudos acadêmico-científicos, sustentam que a difusão da internet conduz ao isolamento e, portanto, ao colapso da comunicação social e da vida familiar por “desestimular” a interação face a face. Além de ser acusada, ainda, de conduzir os frequentadores dos ciberespaços à maior possibilidade de viverem nele de forma fantasiosa, desvinculada das questões da realidade, “fugindo do mundo real, numa cultura cada

vez mais dominada pela realidade virtual.” (p.98)

Desde modo, conduzimos nossas análises a partir das vertentes destacadas pelo autor, trazendo-as, no entanto, para a realidade estudada em nossa pesquisa. Vale ressaltar que não pretendemos discordar ou defender nenhuma delas, ainda que em alguns momentos possamos nos inclinar para alguma.

Não se trata, assim, de tentar sustentar uma dita “neutralidade”, mas sim de se abrir à compreensão das diferentes perspectivas como problematizações possíveis, que de alguma forma estão articuladas, haja vista que a internet enquanto um instrumento de comunicação pode ser usada de diferentes maneiras e para diversificadas finalidades.

Queremos dizer que o mais importante não é o instrumento, em si, mas a sua utilização. Apesar de, na presente pesquisa, estamos considerando-a, sobretudo, como possível potencializadora das expressões e reivindicações das vozes dos movimentos sociais, não deixamos de considerar sua tendência ao isolamento e/ou as relações à distância ao que entendemos como “individualismo” em rede. Contudo, essas serão questões que discutiremos no decorrer desse trabalho e no qual pretendemos, ainda, dar prosseguimento em nossos estudos e pesquisas posteriores a este.

2.15 Comunidades e redes: a transformação da sociabilidade

Segundo Castells (idem), para compreendermos melhor as novas formas de interação social na era da internet, devemos considerar a redefinição das noções de comunidade, considerando as transformações provocadas pelos vínculos em rede. Sendo assim, enquanto as comunidades menos complexas associavam-se predominantemente aos componentes culturais, onde “ao menos na tradição da pesquisa sociológica, baseavam-se no compartilhamento de valores e organização social” (p.106). As redes, por sua vez, serão configuradas “pelas escolhas e estratégias de atores sociais, sejam indivíduos, famílias, ou grupos sociais” (p.106). O autor entende essas transformações como uma mudança dos laços de sociabilidade. O que não significa a dissolução de um pela substituição de outro, mas uma significativa alteração. Ainda que a maior parte dos laços de sociabilidade em rede sejam considerados “laços fracos” não quer dizer que

sejam menos importantes. Em sua maioria esses laços se dão por questões de trabalho, comunicação, entretenimento e, (o que mais nos interessa aqui) envolvimento cívico. Ainda segundo Castells (idem), esses Laços, em grande parte, independem de uma proximidade espacial, sofrendo sempre a mediação de meios de comunicação, sejam eles cartas, telefones, internet, etc.

Vemos acontecer, assim, um movimento relativamente inverso, uma vez que, ainda que com o auxílio dos novos meios, e, principalmente da internet, os vínculos sociais se estendam para além dos limites espaciais, tornando-nos, como dissemos anteriormente, independentes de uma proximidade espacial, para que esses sejam possíveis é sempre necessário a intervenção de algum meio de comunicação. Em suma, ao mesmo tempo em que os meios nos proporcionam, de certa forma, uma “independência” com os vínculos espaciais, na mesma medida se tornam inevitavelmente necessários para que isso seja possível.

Ainda que os meios proporcionem um maior desprendimento com os limites espaciais de sociabilidade, ou seja, que através deles se torne viável a inter-relação entre pessoas espacialmente mais distantes, eles também proporcionam um “fortalecimento” dos vínculos territorialmente mais próximos, auxiliando no contato e na interação de grupos em uma mesma comunidade, por exemplo.

(...) A história social do telefone nos EUA, de Claude Fisher (1992), mostrou como o telefone reforçou padrões preexistentes de sociabilidade, sendo usado pelas pessoas para se manter em contato com parentes e amigos, bem como com aqueles vizinhos com quem já tinham travado conhecimento. E Anderson e Tracey (2001), Tracy e Anderson (2001) e Anderson et al. (1999), em seus estudos sobre o uso da internet em famílias do Reino Unido, enfatizam o modo como as pessoas adaptam a internet às suas vidas, em vez de transformar seu comportamento sob o “impacto” da tecnologia. (CASTELLS, 2003; p.107)

Observamos, assim, que sob essa perspectiva, as pessoas não transformam seus comportamentos diante do “impacto” das novas tecnologias em seus cotidianos, mas adaptam o uso dos novos meios às suas vidas. No entanto, há de se pensar como essa adaptação ocorre, tal como repercute nos processos de sociabilidade.

O trecho trazido por Castells (2003) associa-se, de certa maneira, ao colocado por McLuhan (1964), em outro momento da história, ao tratar dos avanços da transmissão elétrica e seus impactos e/ou imersões quase que invasivas, sobre os modos de vida.

(...)Novamente aqui, vemos a velocidade elétrica revelando as linhas de força que, a partir da tecnologia ocidental, operam nas mais remotas áreas da caatinga, da savana e do deserto. Um exemplo é o beduíno, levando no camelo, seu rádio transistor. Submergir os nativos com torrentes de conceitos para os quais não foram preparados é a ação normal da toda a nossa tecnologia. Mas com os meios elétricos, o próprio homem ocidental começa a sofrer exatamente a mesma inundação que atinge o remoto nativo. (MCLUHAN, 1964; p.31)

Nesse sentido, co-relacionando as perspectivas dos dois autores, ainda que se queira afirmar que, como no caso exposto nas pesquisas trazidas por Castells (2003), as pessoas adaptem à internet às suas vidas, não alterando seus comportamentos, é inevitável se pensar que o uso e/ou auxílio desses meios não provoque nenhum tipo de modificação nos hábitos e comportamentos. O exemplo do beduíno, colocado por McLuhan(1964), retrata bem essa possibilidade de intervenção dos meios sobre as mais diversificadas culturas e “formas de vida” que, de certa maneira, acabam sofrendo uma “inundação” de novas informações ocasionadas pelos avanços das tecnologias. Sendo assim, ainda que os modos de vida não se alterem radicalmente por essas novas intervenções, o fato “estarem em contato” já passa a ser, em si, uma alteração, já que, de muitas maneiras amplia as possibilidades de olhares, haja visto que passa a ter contato com novos conceitos, pessoas e/ou culturas diversificadas e diferentes do meio na qual se tem contato e está inserido.

CAPÍTULO 3

MOVIMENTOS SOCIAIS E DIREITO À EDUCAÇÃO EM SÃO GONÇALO: alguns apontamentos do estudo de caso.

Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam..

Leonardo Boff, (p.9)

Neste capítulo, trazemos alguns apontamentos sobre o estudo de caso que realizamos na associação de moradores e amigos de bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora (AMOJANSA), que, como já fora apresentado em outros momentos, fica situada no bairro do Laranjal, município de São Gonçalo. Nele, nos pontuamos a analisar especificamente os textos emitidos pela associação por meio de seus representantes sejam através do site, seja através da entrevista realizada com o seu dirigente relatando um pouco sobre o percurso do estudo de caso.

Partimos para esse estudo tendo como principal objetivo pesquisar sobre as possíveis atuações desse movimento social popular em questões relativas ao direito à educação no município, bem como analisar os principais meios de comunicação usados como ferramentas de articulação, reivindicação e voz, corporificando, assim, o que chamamos de *processos comunicacionais*. Porém, como no processo de pesquisa nada é muito previsível, apesar de nos primeiros contatos com a associação termos tido alguns indícios de que haviam reivindicações diretas sobre a educação, em posteriores aproximações fomos tendo outras impressões, o que fez com que, de certa forma, reposicionássemos nossos olhares em relação ao que nos lançávamos a pesquisar.

Nesse sentido, no lugar que constatarmos as lutas existentes relativas à educação, os questionamentos passaram a ser outros tais como: porque não lutas diretas em relação à educação? Quais seriam os motivos da quase inexistência de reivindicações diretas sobre a educação por parte dessa associação de bairro? Foi então por esse viés que elaboramos um questionário para a realização da entrevista com o então dirigente da AMOJANSA.

Será a partir, tanto das enunciações feitas através site, quanto da entrevista realizada conduziremos os tópicos a seguir.

3.1 As vozes do movimento de bairro

Vemos por outro lado a população que não participa da vida política, estado, município e nem mesmo do seu bairro, não de forma generalizada ainda há aqueles que acreditam que alguma coisa pode ser feita, embora também haja o descaso do poder Público para com o quarto setor (associações de moradores). (Fonte: <http://amojansa.blogspot.com/>)

O trecho exposto acima é um fragmento do primeiro texto postado no blog da AMOJANSA. Nele, como vimos, o autor faz uma crítica à não participação da população na “vida política” do seu estado município e bairro, sem deixar de reconhecer “os que ainda acreditam que alguma coisa pode ser feita”. Em seguida ele aponta uma outra crítica que, de certa forma, justifica a falta de interesse da população, que é o descaso do setor público (entendemos, via poder governamental) para com as associações de moradores. O breve fragmento traz consigo simultâneas reivindicações que se interpelam. Contudo ele pretende atingir tanto à população, enquanto sociedade civil, quanto ao próprio poder governamental.

Ainda em se tratando sobre os meios de comunicação usados pela associação , no questionário, fizemos a seguinte pergunta: *Como as novas tecnologias, e de modo especial as redes sociais possibilitadas pela internet, interferem nas articulações da associação, seja com a comunidade, seja com o poder governamental, como meio de interação e reivindicação?*

E a resposta dada foi:

As novas tecnologias interferem de forma positiva, pois fazem a gente se comunicar mais rapidamente. Acho que nosso país ainda está atrasado em relação à internet, que já deveria ser de graça e de qualidade para todos. Porém, como forma de reivindicação a coisa já muda de figura, pois os movimentos devem ter, antes de tudo, participação efetiva, atuante. Caso contrário, as reivindicações eletrônicas não servem de nada, não tem nenhum poder de

mobilização.¹²

Nesta fala, podemos perceber mais uma vez o apelo do representante da associação à uma participação mais efetiva da população. Ainda que ele considere positiva a influência das novas tecnologias, enfatiza a importância da atuação física/ presencial dos cidadãos nos processos de lutas e mobilizações sociais. Tal questão nos remete ao que trouxemos no capítulo anterior sobre as mudanças nas formas de sociabilidade ocasionada pelo uso das novas tecnologias, como nos sugere Castells (2003). As novas tecnologias, ao mesmo tempo em que aproximam pela facilidade de interconexão entre as pessoas em diferentes espaços e tempo, as conduz, de certa maneira, a uma menor vivência presencial já que grande parte das coisas podem ser “resolvidas” via esses novos meios, como e-mail, Orkut, Messenger, face book, ou mesmo telefone celular.

Entretanto, consideramos que as mudanças nos modos de sociabilidade não se devem tão diretamente aos novos meios de comunicação e/ou às novas tecnologias, mas sim a uma complexa gama de coisas constituídas ao longo do tempo pela sociedade. Nesse sentido, queremos dizer que o enfraquecimento da atuação dos moradores nos movimentos de bairro, por exemplo, não se deu pela possibilidade de comunicação via internet, mas pelas mudanças nas conjunturas que envolvem concepções políticas, sociais e econômicas no decorrer de um processo histórico.

Dentro das percepções expostas anteriormente, no decorrer da entrevista ao perguntarmos sobre como se dá a relação entre a associação e o poder governamental a resposta do representante foi contundente:

A relação é da pior forma possível, porque o executivo municipal não aceita conversar com o movimento popular local. A prefeita quer governar ‘para’ o povo e não ‘com’ o povo. Ela não quer ouvir ninguém. O povo tem que dizer o que quer! (ENTREVISTA, ibidem)

Essa afirmação nos serve, sobretudo, para compreender melhor como se tem dado as articulações entre o poder governamental vigente e alguns movimentos sociais populares no

¹² Entrevista concedida à Natália Fraga em 08 de fevereiro de 2011, por Hermes Braga (AMOJANSA). Em anexo.

município, sobretudo as associações de bairro. Além de não exercerem poder deliberativo algum no município, o que fica à critério de cada gestão, os movimentos de bairro que persistem sofrem com as intervenções particulares de políticos e/ou partidos que tentam se apropriar de forma privada dos bens públicos em favor de benefícios próprios. Tais posicionamentos, vinculados ou não às associações, acabam por desarticular a população, que ou recorre a pessoas ligadas ao poder governamental para obter seus direitos como se fossem “favores”, ou deixam de acreditar nas associações por estarem aliadas à partidos específicos. As associações que tentam resistir a essas formas de atuação sobrevivem com poucos membros, tendo sérias dificuldades para se manter, como é o caso da AMOJANSA, que, no período em que estava sendo realizado o estudo de caso ficou sem sede.

3.2 A associação nas reivindicações pela educação

Através das circunstâncias apontadas no tópico anterior onde trouxemos algumas questões que permeiam as condições de atuação das associações de moradores e, de modo particular àquela em que realizamos o estudo de caso, trataremos agora sobre algumas outras questões que deram prosseguimento ao nosso questionário e que dizem respeito ao objetivo central de nossa pesquisa: as possíveis reivindicações pelo direito à educação através do movimento de bairro. Existem? Quais são? Como ocorrem?

Quando perguntado se na associação existiria algum setor e/ou cargo específico para as lutas relativas à área da Educação, a resposta foi:

Quando não tem, a gente cria! Temos muita expectativa de que o governo Dilma dê mais ênfase à educação. Esperamos projetos do governo federal. Temos vontade de inserir cursos na associação, como cursos para jovens e adultos. Já tentamos fazer, no entanto, como os projetos são ligados à prefeitura, eles foram enxutos e/ou desviados. Além disso, tivemos dificuldades, pois todos os encargos de luz entre outras despesas ficariam sobre a nossa responsabilidade. (ENTREVISTA, *ibidem*)

Mais uma vez a resposta do entrevistado vem carregada de possíveis sentidos. Logo na primeira frase da resposta ele demonstra interesse em desenvolver na associação um setor para a educação, ao mesmo tempo que elucida a resposta: não, na associação não tem um setor

específico voltado para a educação. Entretanto, na continuidade da resposta ele alega mais uma vez a posição desfavorável da associação para com o poder governamental vigente. Nesse sentido, apesar de se interessarem em realizar ações referentes à educação, como a maioria dos programas federais são administrados e repassados pelo poder governamental, no qual de certa forma, a associação faz oposição, o movimento acaba não conseguindo fazer as adesões necessárias.

Ainda no intuito de investigarmos possíveis reivindicações pela Educação perguntamos, então, se nesse momento político havia alguma intervenção da associação no âmbito da Educação no município. Obtivemos a seguinte resposta:

Olha, não existe nenhuma intervenção direta. Eu fui indicado para participar do conselho do PNAE, para ficar no lugar de uma outra pessoa da UNIBAIRROS. A substituição seria por motivos de divergências e um mal entendido... Aí, nós resolvemos chamar essa pessoa para conversar, e aí tudo foi esclarecido e ele continuou como conselheiro. Enquanto movimento de bairros, no âmbito da educação temos o João Batista, presidente da UNIBAIRROS, como presidente do conselho do Fundeb. (ENTREVISTA, ibidem)

A pergunta feita em seguida foi: Já existiu alguma?

Não sei te falar. Até porque acho que temos boas escolas no bairro e arredores, sejam escolas municipais como o Colégio Estephânia de Carvalho, ou até mesmo escolas particulares como o Colégio Batista do Laranjal, entre outras de bairros vizinhos, como o Colégio Estadual Mauá, onde eu estudei. (ENTREVISTA, ibidem)

Essa resposta repercutiu, em si, algumas questões que estávamos buscando investigar até então. Nela a ausência de lutas no âmbito da Educação é respondida por uma possível “satisfação” tanto dos representantes da associação, quanto dos moradores do bairro (por não procurarem a associação requerendo vagas nas escolas, por exemplo) para com as condições da oferta e qualidade das escolas da localidade. Contudo, tal satisfação não significaria, no entanto, que o direito à educação e, principalmente, à educação de qualidade, vem sendo assegurado. Compreendemos que tal satisfação é medida a partir das próprias experiências de vida dos membros da associação e dos demais moradores do bairro, que tem percebido as transformações ocorridas nas condições da oferta da educação com grande entusiasmo e esperança, haja visto que em outros tempos nem tão distantes à escola era privilégio de poucos.

CONCLUSÃO PROVISÓRIA

Contudo, compreendemos, que as questões relativas ao direito à educação não se exprimem somente através dos dados quanti-qualitativos diretamente relacionados à própria educação, mas, também, dizem respeito à necessidade de contextualização com outros fatores que compõem as condições de efetivação desta, tais como análises do contexto cultural da vizinhança, infra-estrutura dos bairros, condições de higiene, transporte, etc.

Nesse sentido, para que as transformações sociais, quase sempre totalmente projetadas na Educação, ocorram de fato é necessário mais do que a admiração e a aceitação do que vem acontecendo. É preciso que a sociedade civil continue a se mobilizar e se posicionar enquanto parte efetivamente compositora do Estado.

Como viemos tentando demonstrar ao longo do desenvolvimento desta monografia, os meios de comunicação, e via novas e antigas tecnologias, podem ser apropriados pelos movimentos sociais como potentes mecanismos de articulação e voz, favoráveis ao exercício da cidadania participativa dos sujeitos sociais, que, por muito tempo estiverem sob a custódia da voz hegemônica dos grandes veículos de comunicação de massa que falavam sempre em nome de poucos e através de suas próprias concepções. Reunimos assim neste trabalho monográfico algumas constatações sobre às questões relativas ao direito à educação no município de São Gonçalo, com a abertura da possibilidade de se fazer tal investigação a partir dos meios de comunicação e dos *processos comunicacionais* usados pelos movimentos sociais em suas lutas.

Pretendemos dar continuidade a pesquisa sobre os meios e os processos comunicacionais enquanto ferramenta política das classes populares em posteriores estudos.

Referências Bibliográficas

ALVARENGA, M. S. *Movimentos Sociais e Poder Local: limites e possibilidades dos conselhos participativos nas lutas pelo direito à educação*. In *Perspectivas em Políticas Públicas*; vol 1 – jan-jun 2008. Belo Horizonte: Lastro Editora, 2008.

_____. *Sentidos da Cidadania: políticas de educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ANDRÉ, M. *Etnografia da Prática Escolar*. Campinas: Papirus, 1995.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROS, M. *Livro sobre o nada*. São Paulo: Record, 1997.

_____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BOFF, L. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRASIL. Constituição, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília: 23, dez., 1996.

BRASIL. Presidência da República. Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. *Diário Oficial da União, Brasília*, 10 de jan. 2001.

CARNOY, M. *Gramsci e o Estado*. In. *Estado e Teoria Política*, ed. Papirus, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A Galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2003.

CUNHA, L. A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

DANIEL, C. *Poder Local Convergência entre estruturas, forças e agentes*. Poder local no Brasil urbano. IN *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ano VIII, N°24, 1988.

HARVEY, D. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

GOHN, M. *Conselhos gestores e participação sociopolítica* - 3.ed - São Paulo, Ed. Cortez, 2007.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. A Organização da Escola e da Cultura. In. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LAHNI, C. R.; SILVA, F. C.; PEREIRA, M. F. F. P. *et al.* Aportes teóricos para um estudo sobre a participação na comunicação. IN: *Revista de Estudos da Comunicação*. N° 20, v. 9, pp. 221-228, set/dez. Curitiba: Champagnat, PUC-PR, 2008.

LÈVY, Pierre. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Inst. Piaget, 2002.

KAPLÚN, M. O comunicador popular, 1985. Trad. coletiva realizada pelo Coletivo de Comunicadores Populares site: <http://www.camaracom.com.br/coletivo>

_____. *Una pedagogía de la comunicación*. Madri: Ediciones de la Torre, 1998. P.252.

LESBAUPIN, Y. *Poder Local e Exclusão Social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARTINO, L.C., HOHLFELDT, A., FRANÇA, V. De qual comunicação estamos falando? In: *Teorias da Comunicação – Conceitos, escolas e tendências*. Ed. Vozes, 2001.

MCLUHAN, Marshall. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1964.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. (4ª ed.) São Paulo: Edusp, 2008.

OLIVEIRA, C et al. *Municipalização do Ensino no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

PERUZZO, C. M. K. Mídia e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil. IN: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Plano Municipal de Educação de São Gonçalo, 2003.

SOUZA, S.J. *Infância e Linguagem Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. Campinas- SP: ed. Papirus 3ªed.,1997.

RIBEIRO A. C. T. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: Hector Poggiere; Tâmara Tânia Cohen Egler. (Org.) *Outro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009, v., p.147 – 146.

VALENTE, I. e ROMANO, R. PNE: Plano Nacional de Educação: uma carta de intenção? In: *Políticas Públicas para a Educação: olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002*. Educação e Sociedade, Campinas, nº 80, volume 23: Cedes, 2002.

VAINER, C. B. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In. *Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Cadernos do IPPUR/UFRJ, ano XVI, n. 1, jan-jul, 2002.

Jornais Impressos:

JORNAL OPINIÃO PÚBLICA [da] Associação de moradores e amigos de bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora. Município de São Gonçalo. Rio de Janeiro. Ano I. Número 1. Maio de 2010.

JORNAL EDUCAR É TRANSFORMAR! [da] Secretaria Municipal de Educação do Município de São Gonçalo. Rio de Janeiro. Ano 3/nº7. Out, Nov, Dez 2010 e Jan 2011.

Sites consultados:

<http://www.inep.gov.br/> 2008/2009

<http://www.educacenso.inep.gov.br/> 2008/2009

<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/2008/2009>

<http://www.ibge.gov.br/2008/2009>

<http://portal.mec.gov.br/mec/index.php/2008/2009>

<http://www.educacao.rj.gov.br/2008/2009>

<http://www.saogoncalo.rj.gov.br/2008/2009>

<http://amojansa.blogspot.com/>

<http://www.orkut.com>

<http://www.ts.ucr.ac.cr>

APÊNDICE A -Entrevista com o dirigente da Associação de moradores e amigos de bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora - AMOJANSA, que corresponde ao bairro do Laranjal/ São Gonçalo - RJ.

Entrevista realizada em 08 de fevereiro de 2011, às 18:00

Entrevistadora: Natália Fraga Coutinho.

Entrevistado: Sr. Hermes Braga, representante da Associação de Moradores e amigos de bairro Jardim Nossa Senhora Auxiliadora- AMOJANSA

(Obs.: Pelo fato de a AMOJANSA estar temporariamente sem sede, a entrevista foi realizada na residência da pesquisadora, no mesmo bairro da associação.)

End.: Temporariamente sem endereço.

Ano de fundação: não soube especificar.

Bairro: Laranjal

Município: São Gonçalo

Estado: RJ

Atual Dirigente/ Presidente: Hermes Braga

Nº de membros: 45

1) Quais os motivos que levaram a criação dessa Associação?

Segundo o Sr. Hermes Braga, a Associação foi criada por um grupo de moradores do bairro como um órgão de devesa e reivindicações. O grupo fundador era composto, em grande parte, por pessoas residentes na Avenida Cardeal Arco Verde, considerada a principal do bairro. Na época as reivindicações direcionavam-se, sobretudo, às questões relativas a obras de saneamento e asfaltamento das ruas do bairro.

2) Quais são as principais lutas e reivindicações desse movimento de bairro?

Atualmente, as principais lutas e reivindicações da associação estão relaciona das às questões de pavimentação, água, “saneamento ambiental”, construção de áreas de lazer, iluminação pública, segurança e creches comunitárias. A associação também gostaria de oferecer cursos profissionalizantes aos moradores, como de informática, artesanato, e até alfabetização de Jovens e Adultos, o que muitas vezes esbarra com questões burocráticas por parte e/ou estruturais, com uma grande escassez de recursos.

3) Como é a relação entre essa Associação de bairro com o poder governamental vigente?

“A relação é da pior forma possível, porque o executivo municipal não aceita conversar com o movimento popular local. A prefeita quer governar ‘para’ o povo e não ‘com’ o povo. Ela não quer ouvir ninguém. O povo tem que dizer o que quer!”

4) De modo geral, como é a relação da associação com os moradores do bairro?

“Falta interesse dos moradores, pois, infelizmente, as pessoas criaram uma cultura de que ‘alguém’ tem que fazer por elas. Em geral, as pessoas querem cobrar que a associação faça as coisas, porém, sem participarem e contribuírem efetivamente com as lutas do movimento.”

5) O bairro tem algum representante na câmara de vereadores que fale em nome dos interesses da comunidade?

“Existe um vereador que é morador do bairro, mas ele não fala pelo bairro, não o representa, quem faz esse papel somos nós da associação, quando temos voz.”

6) Nessa Associação existe um setor e/ou cargo específico para as lutas relativas à área Educação?

“Quando não tem, a gente cria! Temos muita expectativa de que o governo Dilma dê mais ênfase à educação. Esperamos projetos do governo federal. Temos vontade de inserir cursos na associação, como cursos para jovens e adultos. Já tentamos fazer, no entanto, como os projetos são ligados à prefeitura, eles foram enxutos e/ou desviados. Além disso, tivemos dificuldades, pois todos os encargos de luz entre outras despesas ficariam sobre a nossa responsabilidade.”

7) Nesse momento político, existe alguma intervenção e/ou reivindicação desse movimento de bairros no âmbito da educação?

“ Olha, não existe nenhuma intervenção direta. Eu fui indicado para participar do conselho do PNAE, para ficar no lugar de uma outra pessoa da UNIBAIRROS. A substituição seria por motivos de divergências e um mal entendido... Aí, nós resolvemos chamar essa pessoa para conversar, e aí tudo foi esclarecido e ele continuou como conselheiro. Enquanto movimento de bairros, no âmbito da educação temos o João Batista, presidente da UNIBAIRROS, como presidente do conselho do Fundeb.”

7.1) Já existiu?

“ Não sei te falar. Até porque acho que temos boas escolas no bairro e arredores, sejam escolas municipais como o Colégio Estephânia de Carvalho, ou até mesmo escolas particulares como o Colégio Batista do Laranjal, entre outras de bairros vizinhos, como o Colégio Estadual Mauá, onde eu estudei.”

8) Quais são os principais meios de comunicação e/ou informação usados como suporte nas lutas dessa associação? (e-mail, blog, Orkut, cartas, MSN, rádio, conversas, atas, etc)

“Nos comunicamos por telefone, e-mail,(porque as cartas estão quase extintas), blog, Orkut, MSN... Temos também um jornal impresso e fazemos algumas participações em rádios comunitárias. Inclusive, existe a possibilidade da criação de uma nova rádio comunitária com uma maior abrangência de sinal, e então teríamos um programa nela, mas eles precisam de um ponto por aqui para se instalarem e ainda não tem. O nosso bairro é favorável para instalação de antenas porque tem partes altas vizinhas da área plana do bairro do Jardim Catarina, isso facilita a propagação.”

9) Como as novas tecnologias, e de modo especial as redes sociais possibilitadas pela internet, interferem nas articulações da associação, seja com a comunidade, seja com o poder governamental, como meio de interação e reivindicação?

“As novas tecnologias interferem de forma positiva, pois fazem a gente se comunicar mais rapidamente. Acho que nosso país ainda está atrasado em relação à internet, que já deveria ser de graça e de qualidade para todos. Porém, como forma de reivindicação a coisa já muda de figura, pois os movimentos devem ter, antes de tudo, participação efetiva, atuante. Caso contrário, as reivindicações eletrônicas não servem de nada, não tem nenhum poder de mobilização.”

9) A Associação possui documentos que expressam alguma reivindicação no âmbito da Educação?

“Não temos, pois geralmente esses documentos ficam com a UNIBAIRROS que atua mais nesse setor.”

APÊNDICE B –Esboço da lista das Associações de Moradores de São Gonçalo/RJ

Obs.: Iniciamos o esboço dessa lista a fim de começarmos a traçar uma cartografia das associações de moradores atuantes no município.

SIGLA	NOME	BAIRRO
AMOJANSA	Associação de Moradores do Jardim Nossa Senhora Auxiliadora End: Sem sede Tel: 3606-3674 E-mail: amojansa@hotmail.com End.: Sem sede	LARANJAL
	Associação de Moradores Amigos Porto Rosa End.: Rua Fontes Melo, 1610 Tel: 21 3715-6160	PORTO DO ROSA
	Associação de Moradores e Amigos da Marambaia End.: Rua Almirante Silvio Hech, s/n Tel: 21 3623-0577	MARAMBAIA
	Associação de Moradores de Porto da Pedra End.: RuaAbil J Matto, 919 cep: 24436-000 Tel:	PORTO DA PEDRA
	Associação de Apoio à Escola Ciep 121 P Joadelio Codec Rua Rodolfo Siqueira, s/n- Tel: 3623-0089	GUAXINDIBA (JD. BOM RETIRO)
AMAJAC	Associação de Moradores e Amigos do Jardim Catarina Rua Fransilvânia#- São Gonçalo - RJ, 24716-390 e-mail: assoc.amajac@bol.com.br Tel: 21 2614-7832 / 9111-4741	JARDIM CATARINA VELHO

	<p>Associação de Moradores do Bairro Jardim São Vicente Rua Expedicionário Anélio Campos Cruz, 47 – CEP: 24417-730 Tel: 21 2713-2823</p>	<p>JARDIM SÃO VICENTE (próx. Lindo Parque)</p>
	<p>Associação de Moradores e Amigos da Localidade Arrastão Avenida Doutor Eugênio Borges, CEP: 24751-000 Tel: 21 3711-4555</p>	<p>ARRASTÃO (Prox. Eng. Do Roçado)</p>
	<p>Associação de Moradores Jardim República Rua Mathias Machado, 98</p>	<p>JARDIM REPÚBLICA</p>
	<p>Creche Comunitária Associação de Moradores E Amigos do Bairro Anaia (Anaia Peq.) Estrada do Anaia, 57 – CEP: 24742-000 Tel: 21 3119-9603</p>	<p>ANAIA</p>